

**Trabalho em Saúde,
Desigualdades e
Políticas Públicas**

**Seminário Internacional
Brasil-Portugal**

Centro de Investigação em Ciências Sociais
Universidade do Minho

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Fiocruz

4, 5 e 6 de Dezembro de 2013

UNIVERSIDADE DO MINHO

**Auditório Centro Multimédia
do Instituto de Educação**
Campus de Gualtar

Organização:



Universidade do Minho
Centro de Investigação em Ciências Sociais



Ministério da Saúde
FIOCRUZ
Fundação Oswaldo Cruz



Apoios:

FCT

Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ABRASCO

Ach. Brito



Cristo Rei

COMISSÃO CIENTÍFICA (PORTUGAL e BRASIL)

PORTUGAL

Manuel Carlos Silva (CICS-UM)
Ana Paula Marques (CICS-UM)
Fernando Bessa (CICS-UM)
Alice Matos (CICS-UM)
Ana Maria Silva (CICS-UM)
Manuela Ivone Cunha (CRIA- UM)
João Areosa (Metro de Lisboa/CICS-UM)
Ana Paula Macedo (Escola Superior Enfermagem da UM)
Jaime Correia Sousa (Escola de Ciências da Saúde UM)
Maria Johanna Schouten (CICS-UBI)
Paulo Nuno Nossa (CICS-UC)

BRASIL

Simone Oliveira (CESTH-FIOCRUZ)
Maria Inês Casalade Martins (DCS-FIOCRUZ)
Isabela Cardoso Pinto (GT Trabalho e Educação em Saúde-
ABRASCO)
Márcia Teixeira (DAPS-ENSP)
Isabel Cristina Arruda Lamarca (DCS-FIOCRUZ)
Alex Molinaro (DCS-ENSP)
Tânia Celeste Matos Nunes (Escola de Governo- ENSP-FIOCRUZ)
Nilson do Rosário Costa (DCS-FIOCRUZ)
Elina Pessana (UFRJ)
Cláudio Deddeca (UNICAMP)

COMISSÃO ORGANIZADORA (PORTUGAL e BRASIL)

Ana Paula Marques (CICS/UM)
Manuel Carlos Silva (CICS/UM)
Alice Matos (CICS/UM)
Simone Oliveira (CESTH-FIOCRUZ)
Maria Inês Carsalade Martins (DCS-FIOCRUZ)
Isabel Cristina Silva Arruda Lamarca (DCS-FIOCRUZ)

ORGANIZAÇÃO:

Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS/UM)
Escola Nacional de Saúde Pública de Sérgio Arouca Fiocruz

SECRETARIADO:

Ângela Matos (CICS/UM)

4 de Dezembro

10:30| CONFERÊNCIAS INAUGURAIS

Trabalho, Políticas e Equidade na Saúde

Paulo Buss (FIOCRUZ/Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz)

Paulo Marchiori Buss, é médico (Universidade Federal de Santa Maria / RS, 1972) e Mestre em Medicina Social (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 1980). Tem residência médica em Pediatria (1974) e é especialista em Pediatria (Sociedade Brasileira de Pediatria, 1975) e em Saúde Pública (Escola Nacional de Saúde Pública, 1975). É pesquisador e professor titular da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz, desde 1976. É Membro Titular da Academia Nacional de Medicina do Brasil (2005) e Membro Honorário da Academia Portuguesa de Medicina (2008) e da Academia Nacional de Medicina da Argentina (2011). É Doutor Honoris Causa pela Universidade ISALUD, da Argentina (2010) e pela Universidade Nova de Lisboa, de Portugal (2011). Foi Vice-presidente do Comitê Executivo da Organização Mundial da Saúde (OMS) (2010-2011), no qual, por indicação do Presidente da República representa o Brasil (2008-2011). Ademais, representou o Brasil nas sete últimas Assembléias Mundial de Saúde (2005 a 2011). Foi Presidente da Fiocruz por dois mandatos (2001-2008) e Diretor da Escola Nacional de Saúde Pública da Fiocruz por duas vezes (1989-1992 e 1998-2000), tendo também sido Vice-Diretor da ENSP (1985-1989) e Vice-Presidente da Fiocruz (1992-1996). Atualmente é diretor do Centro de Relações Internacionais em Saúde da Fiocruz. Representa o Brasil no Conselho de Saúde da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL) e na Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Recebeu da Presidência da

República a Grã-Cruz da Ordem do Mérito Médico (2010) e a Ordem de Rio Branco (2007), esta por relevantes serviços prestados à política externa

Graça Carapinheiro (CIES/ISCTE)

Graça Carapinheiro é Professora Catedrática no Departamento de Sociologia da Escola de Sociologia e Políticas Públicas (ESPP) do ISCTE-IUL. Fez parte do grupo fundador do CIES, hoje designado por Centro de Investigação e Estudos em Sociologia (CIES-ISCTE), onde iniciou e ainda continua a desenvolver investigação na Sociologia da Saúde.

Inaugurou a Sociologia da Saúde em Portugal com a tese de doutoramento, defendida em 1990, depois publicada em livro, Saberes e Poderes no Hospital. Uma sociologia dos serviços hospitalares. Inaugurou a disciplina optativa especializada Saúde, Medicina e Sociedade, optativa especializada das licenciaturas de Sociologia e de Sociologia e Planeamento, desde 1992 e reformulada como "Sociologia da Saúde" pela Reforma de Bolonha, desde 2007. Criou no ISCTE o Mestrado de Sociologia da Saúde e da Doença, no ano lectivo 2007/2008, de acordo com a mesma reforma.

Tem sido investigadora responsável de múltiplas investigações sobre diferentes objectos sociológicos da área da saúde, medicina e sociedade e tem orientado teses de mestrado e doutoramento nesta mesma área.

As suas publicações abarcam vários temas no âmbito da Sociologia da Saúde, Doença e Medicina, sob a forma de livros, capítulos de livros e artigos. Fez parte da criação da Secção de Sociologia da Saúde da Associação Portuguesa de Sociologia, onde desenvolve actividades de coordenação.

Comentadora: Zulmira Hartz Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa)

Zulmira Hartz Licenciada em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (1974), com graduação em Medicina pela FESO-Rio de Janeiro(1979),mestrado e doutorado em Saúde Comunitária pela Université de Montreal (1989 e 1993) e pós doutorado pela École Nationale de Santé Publique-France(1997). É pesquisadora titular de Epidemiologia da ENSP/Fiocruz (aposentada), onde coordenou os Programas de Mestrado e Doutorado em Saúde Pública (1994-1996), assumindo, posteriormente, a coordenação geral de pós graduação da Fundação Oswaldo Cruz (2002-2004) e as funções de professora convidada do Departamento de Medicina Social, da Universidade de Montréal (2004-2007), na qual permanece como pesquisadora associada ao Groupe de Recherche Interdisciplinaire en Santé (GRIS). Entre os cargos ocupados destacam-se a direção dos Departamentos de Doenças transmissíveis e de Epidemiologia, da Secretaria Estadual de Saúde do Rio de Janeiro, e a vice-direção da Escola Nacional de Saúde Pública(Fiocruz). Consultora independente em avaliação de programas, políticas e sistemas de saúde, integrando também os grupos de pesquisa do CNPq- Avaliação da situação de processos endêmicos e programas de controle (Ensp-Fiocruz) e Estudos de Gestão e Avaliação em Saúde (GEAS/IMIP). Atualmente é sub-directora do Instituto de Higiene e Medicina Tropical da Universidade Nova de Lisboa (IHMT/UNL), professora associada e coordenadora da Unidade Curricular de Avaliação em Saúde no Programa de Doutorado em Saúde Internacional.

Moderador: Manuel Carlos Silva (CICS/UM)

Manuel Carlos Silva é licenciado em Direito pela Universidade de Lisboa e em Sociologia pela Universidade de Amesterdão, onde se doutorou *cum laude*, em 1994, em Ciências Sociais, Culturais e Políticas. Actualmente é professor catedrático em Sociologia na Universidade do Minho e Director do Centro de Investigação em Ciências Sociais (CICS). As áreas de investigação e publicação têm incidido sobre o rural-urbano, a política, o desenvolvimento, as desigualdades de classe, étnicas e de género. Presidente da Associação Portuguesa de Sociologia (APS) em 2010-2012 e (co)organizador de vários congressos nacionais e internacionais, foi distinguido com o Prémio Sedas Nunes pela obra "Resistir e adaptar-se. Constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste de Portugal", Porto, Afrontamento, avaliada por Júri Internacional como melhor obra em Ciências Sociais entre 1994 e 1996.

14:30 – 16:00 | Painéis paralelos I Profissões, regulação e novos desenhos organizacionais no setor da saúde
Auditório Multimédia – IE

Estudo do processo de regulação do trabalho e da educação das profissões de saúde nos países da América Latina e Caribe

Maria Helena Machado Pesquisadora titular da ENSP/FIOCRUZ, coordenadora do NERHUS/ENSP/FIOCRUZ

Eliane Oliveira Pesquisadora do NERHUS/ENSP/FIOCRUZ

Andréa Lanzilotti Pesquisadora colaboradora do NERHUS/ENSP/FIOCRUZ, professora da F.O.UERJ

Resumo:

O artigo analisa as tendências da regulação e da regulamentação do exercício profissional dos médicos, enfermeiros, odontólogos e farmacêuticos da Argentina, Brasil, Paraguai, Uruguai, Venezuela, Bolívia e Peru. Para atingir os propósitos utilizou-se revisão de literatura, análise documental e entrevista semiestruturada com representantes de Ministérios da Saúde, sindicatos e associações das quatro profissões nos referidos países. Em resultados preliminares observou-se que diferentemente do Brasil, os países da América Latina não apresentam a figura dos conselhos profissionais como órgãos reguladores das atividades profissionais. Esse papel é exercido de forma direta pelo Estado, através do Ministério da Saúde (no campo do trabalho em saúde) e do Ministério da Educação (no campo da formação).
Palavras-chave: regulação profissional, recursos humanos em saúde, profissões de saúde, regulação, políticas públicas.

Mercados de trabalho no sector da saúde: profissionalismo, paradoxos e dilemas de regulação

Ana Paula Marques é socióloga, Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Entre os seus principais interesses de investigação destacam-se as áreas do trabalho do emprego e das profissões, sobre as quais incidem as suas publicações mais recentes, resultantes de diversos projectos de investigação por si coordenados.

Resumo:

Em Portugal, a profissionalização em domínios como saúde e educação, não tem estado isenta de controvérsias e tensões que indiciam discussões relevantes entre profissões, organizações e Estado.

A generalização de princípios de mercado, de um discurso gestor e controlador explícito na lógica de resultados, qualidade e avaliação, tem transformado as práticas e os contextos do exercício profissional da maior parte dos grupos profissionais ligados ao sector da saúde. Com ritmos intensos e condições precárias de trabalho, estes profissionais encontram-se sujeitos a diversas formas de prestação de contas, de cumprimento de metas de produtividade e de controlo burocrático. Paralelamente, persistem lógicas de (neo)institucionalização da credencialização de nível superior e mobilidade profissional que configuram *mercados profissionais*, com níveis elevados de regulação social, designadamente através de controlo de jurisdições e afirmação de valores sociais e ideológicos do bem público. Nesta comunicação, convocam-se os contributos de Evetts (2010, 2012) e Bezes e Demazière (2011), no sentido de recuperar alguma reflexão teórica sobre as recomposições dos mercados de mercado (trans)nacionais resultantes de estratégias de fechamento social/desprofissionalização e proletarização, bem como de "novas direções" do profissionalismo e dilemas de regulação. A partir da análise de práticas de gestão e de governação que "contaminam" os profissionais de saúde, é possível, simultaneamente, questionar o potencial transformativo do seu conhecimento e realçar a importância do profissionalismo intra e inter grupos profissionais, bem como reforçar a tese central de que não se observa uma tendência uniforme e determinista a este nível. O aprofundamento conceptual destas recomposições exige, em paralelo, o seu confronto com futuras investigações empíricas.

Emigração Portuguesa de Profissionais de Saúde: (Di)Visões em torno de um fenómeno emergente

Susana Teles Amaral Doutoranda FCT.
Investigadora Associada do CICS.

Ana Paula Marques Marques é socióloga, Professora Associada com Agregação do Departamento de Sociologia do Instituto de Ciências Sociais e investigadora do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Entre os seus principais interesses de investigação destacam-se as áreas do trabalho do emprego e das profissões, sobre as quais incidem as suas publicações mais recentes, resultantes de diversos projectos de investigação por si coordenados.

Resumo:

A presente comunicação tem por objeto de análise o fenómeno da emigração de profissionais de saúde, que tem vindo a intensificar-se na conjuntura socioeconómica portuguesa pós crise de 2008. Esta tendência, já observável em vários países em vias de desenvolvimento e decorrente de processos de globalização do mercado de trabalho em geral e do setor da saúde em particular, em Portugal ganha visibilidade na atual conjuntura que predispõe ao desemprego e à precaridade grupos profissionais altamente qualificados, tradicionalmente menos expostos ao paradigma da emigração portuguesa.

O setor da saúde (médicos, enfermeiros, dentistas, fisioterapeutas, farmacêuticos) é um dos mais presentes no amplo debate difundido pelos *media* sobre esta realidade.

Nesta fase inicial e exploratória do trabalho, procuramos enquadrar o tema, recorrendo a fontes secundárias - estatísticas, relatórios e documentos vários, nomeadamente produzidas pela comunicação social -, bem como a entrevistas presenciais a informantes privilegiados - ordens e associações profissionais - que, pela sua experiência e conhecimento abrangente deste

fenómeno, poderão fornecer elementos essenciais para o aperfeiçoamento do nosso modelo de análise.

Através da análise de conteúdo de registos discursivos das corporações profissionais, intentamos compreender de que forma, a partir do seu posicionamento, estes atores percecionam este fenómeno emergente, problematizando até que ponto o seu discurso legitima o do senso comum ou, pelo contrário, convoca outras dimensões analíticas que possibilitam novas leituras.

O enfoque corporativo aqui desenvolvido sintetiza os discursos e perceções dos grupos profissionais organizados relativamente a cinco dimensões de análise - i) dimensão/intensidade do fenómeno e perfil dos emigrantes; ii) significado deste tipo de emigração; iii) causas e consequências; iv) dinâmicas de integração (constrangimentos/oportunidades); v) perspetivas de futuro. A partir desta análise, recoloca-se a centralidade do trabalho e da realização profissional, bem como as transformações recentes dos mercados profissionais (trans)nacionais como dimensões fundamentais das dinâmicas de mobilidade destes profissionais, constituindo-se pontos de partida para futuros desenvolvimentos da investigação.

O sanitarista enquanto trabalhador da saúde no Brasil: uma identidade em transformação

Vinício de Oliveira Santos Mestrando em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia (ISC/UFBA), Enfermeiro, Sanitarista graduado em Saúde Coletiva pelo ISC/UFBA. Atualmente é pesquisador no grupo de pesquisa Trabalho e Educação na Saúde do ISC/UFBA e membro da ABRASCO (GT Trabalho e Educação na Saúde). Atuou como supervisor da Avaliação Externa do Programa de

Melhoria do Acesso e da Qualidade da Atenção Básica - PMAQ / Ministério da Saúde. Tem experiência em Gestão e Avaliação de Serviços e Sistemas de Saúde. Atua principalmente no seguinte tema: Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde.

Isabela Cardoso de Matos Pinto Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Assistente Social, Mestrado em Saúde Coletiva e Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Coordenadora do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO. Tem experiência na área de políticas sociais, com ênfase em saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: processo decisório, ciclo de política, gestão, avaliação, políticas públicas e política de saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, recursos humanos em saúde.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo discutir e apresentar os conceitos de identidade profissional e suas relações com o processo de construção da carreira do sanitarista enquanto trabalhador da saúde no Brasil. Fundamenta-se na compreensão de referenciais teóricos sobre identidade profissional, transversal em três eixos: Trajetória profissional; Formação do sanitarista e; Reforma Sanitária Brasileira. A identidade do sanitarista no Brasil não é claramente percebida, configurando-se de forma "híbrida", atravessada por inúmeras divisões e diferenças - sejam marcadas por fatores internos ou externos -, também não está livre de contradições internas e de diferenças sobrepostas. Porém, antes de pensarmos sobre uma identidade fragmentada devemos refletir sobre a possibilidade de "costurar" as diferenças numa única identidade.

Palavras-chave: Sanitarista, Identidade profissional, Profissionais de saúde, Saúde Coletiva.

14:30 – 16:00 | Painéis paralelos II Educação, formação e cidadania na saúde
Auditório Pequeno – IE

O caráter transversal da educação para a saúde na escola básica portuguesa em discurso oficial

Henrique Ramalho é Professor Adjunto do Departamento de Psicologia e Ciências Educação Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Viseu

Resumo:

É num quadro compreensivo do papel da escola no processo de construção da cidadania, que pretendemos pôr a descoberto os termos em que a educação para a saúde é abordada e integrada nas orientações curriculares do ensino básico, segundo os pressupostos da *transversalidade temática e institucional*. Do ponto de vista metodológico, suportamos o nosso trabalho num processo de análise de conteúdo de discursos oficiais. Partimos de interrogações, do tipo: em que medida estes documentos pressupõem e permitem uma efetiva articulação e integração curricular das questões ligadas à promoção da saúde, com base na transversalidade própria da educação e formação para a cidadania. Em termos conclusivos, ilidimos sobre o grau de transversalidade (temática e institucional) e a forma como os vários discursos oficiais analisados se intersejam no quadro dessa transversalidade.

Palavras-chave: Cidadania, educação para a saúde, *transversalidade temática; transversalidade institucional*.

A formação de um novo Sanitarista: Expectativas para inserção no mercado de trabalho

Davilyn Santos Oliveira dos Anjos é Mestrando em Saúde Coletiva na área de concentração de Planejamento e Gestão em Saúde pelo Instituto de Saúde Coletiva da UFBA. Nutricionista formado pela Universidade Federal de Alagoas - UFAL. Envolvido com estudos e pesquisas em Saúde Coletiva com foco na linha de pesquisa de Políticas e Planejamento em Saúde. Atualmente é pesquisador do Grupo de Pesquisa: Trabalho e Educação na Saúde do Instituto de Saúde Coletiva (ISC-UFBA), Membro do CEBES - Núcleo Bahia (Centro Brasileiro de Estudos de Saúde) e coordenador de campo do projeto de avaliação externa do PMAQ – 2º Ciclo.

Isabela Cardoso de Matos Pinto é Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Assistente Social, Mestrado em Saúde Coletiva e Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Coordenadora do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO. Tem experiência na área de políticas sociais, com ênfase em saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: processo decisório, ciclo de política, gestão, avaliação, políticas públicas e política de saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, recursos humanos em saúde.

Resumo: O Sistema Único de Saúde (SUS) demandou novos perfis profissionais as necessidades de saúde da população, gestão e atenção à saúde. Nesse trabalho será discutido expectativas dos egressos de um curso em Saúde Coletiva sobre sua inserção no mercado de trabalho. Pesquisa exploratória com questionário estruturado aplicado à primeira turma de egressos. Mais de 50% foram influenciados pelo estágio a

atuarem na área de política, planejamento e gestão. Desejam atuar profissionalmente no setor público, refletindo a expansão do mercado de trabalho no SUS. Durante a formação, o profissional de saúde deve ser preparado aos desafios da reorientação do modelo de atenção, de modo a atuarem no SUS como atores e agentes de mudanças positivas

Palavras-chave: Saúde Coletiva, Educação, Saúde, Recursos Humanos.

A política nacional de reorientação da formação profissional em saúde no SUS: principais marcos e transformações

Henrique Sant'Anna Dias Secretaria de Estado da Saúde do Rio de Janeiro (SES-RJ)

Luciana Dias de Lima Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/Fiocruz)

Marcia Teixeira Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ Socióloga, Mestre em Ciências da Saúde – sub área: Políticas Públicas e Saúde. Doutoranda, professora e pesquisadora do Departamento de Administração e Planejamento em Saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ

Resumo: O trabalho analisa a política brasileira de reorientação da formação profissional em saúde nos anos 2000 e seus antecedentes, destacando marcos e transformações, elementos de continuidade e mudanças. Realizou-se revisão da literatura e análise documental, apoiando-se na abordagem do institucionalismo histórico. Foram identificados quatro momentos da trajetória da política: ações antecedentes (1980 a 2002); propostas desenvolvidas entre 2003 e 2004, com a

criação da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde no Ministério da Saúde; os programas entre 2005 e 2006, com foco na integração ensino-serviço e protagonismo universitário; e o período de 2007 a 2010, marcado pela ampliação e aprimoramento da política, com mobilização de distintas organizações e atores, aumento de projetos implantados e maior presença das instâncias decisórias do SUS. **Palavras-chave:** Formação de Recursos Humanos; Ensino Superior; Integração docente- assistencial; Políticas Públicas de Saúde;

Educação em Saúde Pública no Brasil: Rede, sinergias e renovação

Tânia Celeste Nunes Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Maria Lúcia Cardoso Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Alex Corrêa Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Francisco Muñoz Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Gustavo Portela Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Luana Carvalho Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz.

Patricia Pol Costa Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz

Rosa Souza Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca, Fundação Oswaldo Cruz

Resumo: Sucessivas transformações originaram a partir de 2007 a Rede de Escolas e Centros

Formadores em Saúde Pública, com 45 Escolas em 2013. A organização em Rede respaldou-se nos estudos das Redes Sociotécnicas de Callon e Latour e na Psicologia Social com contribuições de Rovere (espaço de heterogeneidades organizadas). Essa organização em Rede permitiu a aglutinação de parceiros, constituindo-se como um ator político na formação em Saúde Pública e abrigando projetos estratégicos de formação para o SUS Brasil. Problematização permanente, desenvolvimento de sinergias e mobilização de coletivos, tornaram a rede de Escolas reconhecida como um ator reconhecida a Rede de Escolas como ator político importante na formação em Saúde Pública no Brasil.

Palavras-chave: rede; educação em saúde; saúde pública

16:45 – 18:15| Painéis paralelos III
Reestruturação do sistema de proteção social e da saúde: Estado, parcerias e a construção de políticas públicas
Auditório Multimídia – IE

Socio-Economic barriers in Access to maternal health care of immigrant women in the Lisbon metropolitan area

Erika Masanet Licenciada y Doctora en Sociología por la Universidad de Alicante, España. Ha sido becaria en el Centro de Investigaciones Sociológicas (CIS) de España, becaria doctoral en el Departamento de Sociología II de la Universidad de Alicante (UA) e investigadora en el Instituto Interuniversitario de Desarrollo Social y Paz (IUDESP) de la UA. Ha participado en diversos proyectos de I+D de carácter europeo, nacional y

autonómico sobre temáticas ligadas a las migraciones y a las desigualdades en salud. Ha sido investigadora visitante en el NEPO/UNICAMP (Brasil), UNESP-Campus Rio Claro (Brasil), GEMI-Universidad Complutense de Madrid, GEDIME-Universidad Autónoma de Barcelona y en el Departamento de Sociología de la Universidad de Uppsala (Suecia). Actualmente es investigadora postdoctoral en el Centro de Investigación e Estudos de Sociologia del Instituto Universitario de Lisboa (CIES-IUL), con una beca de la Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Sus actuales líneas de investigación son las migraciones entre América Latina y Europa, migración cualificada, migración y salud, desigualdades en salud, diversidad y equidad en los servicios de salud.

Beatriz Padilla Completó su doctorado y maestría en Sociología en la Universidad de Illinois en Urbana-Champaign, una maestría en Políticas Públicas en la Universidad de Texas en Austin y la Licenciatura en Administración Pública y Ciencias Políticas de la Universidad Nacional de Cuyo, Argentina. Es Profesora Asociada en el Instituto de Ciencias Sociales de la Universidad de Minho (Portugal) e Investigadora en el CIES-IUL (Centro de Investigación e Estudos de Sociologia del Instituto Universitario de Lisboa) en Portugal, donde fundó la línea de investigación sobre Estudios Comparativos y Transnacionales. Es Profesora Invitada en el Instituto Universitario de Lisboa, en el doctorado de Políticas Públicas. Entre 2010 y 2012, coordinó la Maestría en Migraciones Internacionales. Fue investigadora visitante en el centro Beatrice Bain Research Group, Universidade de California-Berkeley. Participa en varios proyectos, redes de investigación y colaboraciones internacionales. Es coordinadora del proyecto

IRSES-Marie Curie "GovDiv" un consorcio de 9 universidades latinoamericanas y europeas, sobre gobernabilidad de la diversidad (2014-2017), financiado por la Comisión Europea. Es miembro de la red Cost ADAPT financiada por la Fundación Europea de Ciencia. Coordina un proyecto de sobre "Salud y ciudadanía: disparidades y necesidades interculturales en la atención sanitaria a las madres inmigrantes" (2010-2014), y coordinó un proyecto de I+D sobre "Convivencia cultural y superdiversidad en Lisboa y Granada" 2010-2012, ambos financiados por la Fundación para la Ciencia y la Tecnología de Portugal. Sus líneas de investigación son las migraciones, las políticas públicas, la globalización, los movimientos sociales, y temas de desigualdad relacionados con género, clase, raza y etnicidad.

Alejandra Ortiz Licenciada en Sociología por la Facultad de Ciencias Sociales de la Universidad de la República Oriental del Uruguay (FCS-UDELAR). Máster en Sociología por el Instituto Universitario de Lisboa (ISCTE-IUL) y doctoranda en esta misma Universidad con una beca de la Fundación para la Ciencia y la Tecnología de Portugal (FCT). Trabaja como investigadora en el Centro de Investigación y Estudios de Sociología de Lisboa (CIES) desde el año 2006. Ha participado y colaborado en diversos proyectos nacionales, regionales e internacionales sobre los temas de migraciones, identidad, salud y ciudadanía. Sobre los cuáles también ha publicado artículos en Portugal y en el exterior. Es integrante del Sistema Nacional de Investigadores SNI del Uruguay desde el año 2010 y forma parte de la Red COTRANS de Estudios comparativos transnacionales.

Sonia Hernández-Plaza PhD. in Social and Community Psychology, is researcher at the Centre for Research and Studies in Sociology (CIES-IUL), University Institute of Lisbon (ISCTE-IUL), where

she was Marie Curie Fellow (2011-2013) with the project entitled "Meeting the healthcare needs of culturally diverse populations: A psychosociopolitical approach to cultural competence in health professionals". She is also a member of CESPYP (Coalition for the Study of Health, Power and Diversity), University of Seville (Spain); member of the COST Action ADAPT (Adapting European Health Systems to Diversity), and she collaborates with the Centre for Research in Social Sciences (CICS), University of Minho (Portugal). She has been professor at the University of Almería (Spain), as well as visiting scholar and invited lecturer at the Universities of Bristol, Brunel (London), Groningen, Rotterdam, Utrecht, and the University of Illinois at Chicago. Contributions of her research trajectory have been published in top international journals, such as the "American Journal of Community Psychology", "Journal of Community and Applied Social Psychology", "British Journal of Social Work", "Journal of Social and Personal Relationships" and the multidisciplinary "PLoS ONE" (all indexed in the JCR), among others.

Elsa Rodrigues Licenciada e doutoranda em Antropologia. Desde 2003 que tem colaborado em vários projectos de investigação nas áreas temáticas das migrações, género e mais recentemente nos temas da saúde e migrações.

Resumo:

Este paper analisa o impacto que a crise económica e as reformas no sistema de saúde português estão tendo no acesso e uso da saúde reprodutiva e materno-infantil das mulheres imigrantes, bem como as estratégias para lidar ou minimizar estas dificuldades. Os resultados do estudo mostram um agravamento das barreiras socioeconómicas no acesso e utilização destes cuidados de saúde para as mulheres imigrantes e outros grupos vulneráveis. Além disso, dadas as crescentes restrições enfrentadas pelos profissionais de saúde e outros membros da sociedade civil para a

prestação de cuidados de saúde de qualidade, identificam-se uma série de estratégias específicas que tentam superar ou minimizar essas barreiras.

Palavras-chave: mulheres imigrantes e outros grupos vulneráveis; acesso e uso cuidados de saúde; saúde materno-infantil; crise económica; barreiras.

Turismo Medicalizado: um epifenómeno ou a consolidação de uma nova geografia dos cuidados de saúde?

Paulo Nuno Nossa Depart.º Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra/CICS

Maria José Caldeira Depart.º Geografia da Universidade do Minho/ CEGOT

Resumo: A prestação de cuidados de saúde nas sociedades desenvolvidas enfrenta um conjunto de alterações significativas com impacto nas dimensões de acesso. Políticas de saúde que não se posicionaram pela constituição de um Serviço Nacional de Saúde (SNS) de matriz europeia, ou mesmo a degradação de direitos e coberturas dos SNS ocorrida nos últimos 20 anos, por acção de políticas liberais ou pelo aumento significativo da procura, alterações demográficas, socioeconómicas e culturais, associadas ao incremento de tecnologia biomédica, em conjunto, contribuíram para ampliar um mercado de cuidados de saúde externo, orientado para indivíduos/famílias com poder de compra médio e elevado que associam práticas de lazer à aquisição de cuidados de saúde. Neste contexto, a consolidação de um mercado de *turismo medicalizado*, dentro e fora da Europa,

assim como a análise dos factores determinantes da oferta e da procura serão os principais temas de reflexão desta comunicação.

Palavras-chave: Turismo medicalizado, *healthism*, políticas de saúde, políticas liberais

Entidades empresariais de saúde e a política nacional de saúde – da saúde como direito de todos e dever do Estado à saúde como serviço não-exclusivo do Estado

Ialê Falleiros Braga Professora e pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio/Fiocruz

Sarah Scorel Pesquisadora titular da ENSP/Fiocruz

Lígia Bahia Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: O trabalho, fruto de tese de doutorado em saúde pública, apresenta as principais estratégias empresariais na área da saúde com vistas a moldar a política de saúde no Brasil entre os anos 1990 a 2010. O texto enfoca a atuação da Confederação Nacional de Saúde, Hospitais, Estabelecimentos e Serviços (CNSa), entidade sindical patronal da área, voltada a unificar interesses empresariais para atuar na tensão com as demandas dos trabalhadores por redução da carga de trabalho, reajuste salarial; e também frente ao poder público, na perspectiva de obtenção de repasses, isenções e regulamentações, bem como na difusão mais ampla de seus valores, ideias e práticas para a área como um todo. A pesquisa foi realizada com base em fontes oficiais,

observação de campo e em relatos orais de representantes empresariais e do poder público brasileiros. Conclui-se que tais entidades empresariais vêm atuando no direcionamento da política nacional de saúde nas últimas duas décadas, a partir da ampliação de sua organização política, deslocando posições de confronto na arena da saúde para posições de colaboração, propondo que se constitua uma "sociedade de bem-estar" com expansão e sustentabilidade do mercado privado de serviços públicos não-estatais, em contraponto ao Estado de bem-estar social. As noções de qualidade, eficiência e relação custo-benefício na assistência à saúde vão se tornando variáveis fundamentais na competição pelos recursos públicos e pela administração da assistência à saúde, graças ao trabalho de difusão de valores, ideias e práticas relacionados à capacidade de gestão privada como parâmetro a ser seguido pelos serviços de saúde, sejam eles privados, públicos ou geridos mediante parcerias público-privadas.

Palavras chave: políticas públicas de saúde; relações público-privadas e saúde; setor privado e saúde; entidades empresariais de saúde; organização sindical patronal na saúde.

Avanço da financeirização para o interior do sistema de saúde do Brasil: investigação preliminar de empresas de comércio de planos de saúde

José Sestelo Universidade Federal do Rio de Janeiro- Instituto de Estudos em Saúde Coletiva

Universidade Federal da Bahia – Instituto de Saúde Coletiva

Lígia Bahia Professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: Investigação preliminar sobre a hipótese da existência de uma renovação em curso na dinâmica de acumulação capitalista dentro do sistema de saúde brasileiro com extensão para o sistema de serviços de saúde português e em articulação com investidores baseados nas economias centrais. Baseia-se na análise documental de publicações oficiais da Bolsa de Valores de São Paulo, relatórios das empresas citadas e de periódicos de circulação nacional com o objetivo de elaborar uma descrição dos fatos mais relevantes relacionados com o processo de constituição histórica das empresas, identificação dos principais controladores, atores individuais e institucionais associados em rede e estratégias corporativas enunciadas para um futuro mediato.

Palavras-chave: Sistemas de Saúde; assistência à saúde; planos de saúde; capital financeiro

Análise dos modelos de administração indireta no SUS/BAHIA: reflexos na atenção à saúde de média e alta complexidade

Thadeu Borges Souza Santos é Professor Assistente do Departamento de Ciências da Vida da Universidade do Estado da Bahia. Enfermeiro especialista em intensivismo e auditoria de sistemas e serviços de saúde, Mestrado em Enfermagem e Doutorando em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia.

Isabela Cardoso De Matos Pinto é Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia. Assistente Social, Mestrado em Saúde Coletiva e Doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia. Atualmente é Coordenadora do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO. Tem experiência na área de políticas sociais, com ênfase em saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: processo decisório, ciclo de política, gestão, avaliação, políticas públicas e política de saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, recursos humanos em saúde.

Resumo: Novas modalidades de gestão pública no SUS surgiram com a Reforma Administrativa do Estado. Objetivou-se identificar elementos para matriz de análise dos modelos de gestão indireta nos serviços de média e alta complexidade do SUS/Bahia. É estudo de casos múltiplos, inicialmente exploratório em hospital com gestão indireta; fez-se análise da entrevista com diretor e contrato de concessão. Percebeu-se gestão indireta no predominantemente na capital, legitimidade, alinhamento ao SUS e qualidade do serviço, gestão do cuidado e recursos humanos como principais desafios. Os resultados permitiram críticas às dimensões de processo, tecnologias e gestão do trabalho e educação em saúde e relevância dos casos múltiplos com gestão indireta no SUS/Bahia.

Palavras-chave: Reforma do Estado, Saúde Pública, Organização Hospitalar, Administração Indireta

16:45 – 18:15 | Painéis paralelos IV
Profissões, regulação e novos desenhos organizacionais no setor da saúde
Auditório Pequeno – IE

Using Strategic Scenarios for Human Resources Planning – The case of Portuguese community pharmacists

João Gregório é licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Portugal (2002) e Mestre em Saúde e Desenvolvimento, com Especialização em gestão de Programas, pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical (2011). É especialista em Farmácia Comunitária pela Ordem dos Farmacêuticos, desde Setembro de 2009. Actualmente é bolseiro de investigação do projecto FCT e-PharmaCare: eHealth combining Primary-care, Pharmacy Services and Patient participation (PTDC/CCI-CIN/122690/2010), e estudante de doutoramento em Saúde Internacional, especialidade de Políticas de Saúde e Desenvolvimento no Instituto de Higiene e Medicina Tropical. É assistente de investigação e colaborador no Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o planeamento e políticas da força de trabalho em saúde. Os seus interesses de investigação centram-se em áreas como o desenvolvimento de serviços de saúde, gestão da informação e comunicação em saúde e capacitação de recursos humanos de saúde.

Afonso Miguel Cavaco Licenciado em Ciências Farmacêuticas e Mestre em Farmácia Comunitária pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Portugal. É doutor em Farmácia, especialidade de Sócio-farmácia, pela School of

Pharmacy, University of London, UK, e pós-doutorado em Comunicação em Saúde pela Bloomberg School of Public Health, Johns Hopkins University, USA. É Professor Associado em Sócio-farmácia na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e Professor Visitante no mesmo departamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Helsínquia, Finlândia. É o atual coordenador do grupo de investigação Pharmacoepidemiology and Social Pharmacy do iMed.UL (Research Institute for Medicines and Pharmaceutical Sciences) da Universidade de Lisboa.

Luís Velez Lapão é Professor Auxiliar de Saúde Internacional e de Gestão de Informação no IHMT, Universidade Nova de Lisboa, e foi Professor Convidado do Serviço de Bioestatística e Informática Médica da Universidade do Porto entre 2008 e 2012. É investigador e coordenador da *Research Line* de intervenções em "Health Workforce Strengthening" no Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o planeamento e políticas da força de trabalho em saúde. Tem sobretudo trabalhado na área da inovação e do desenvolvimento de intervenções organizacionais em Saúde, com ênfase nas áreas da liderança, re-engenharia organizacional, gestão de projectos, telemedicina, e gestão de sistemas de informação em hospitais, cuidados de primários de saúde e em Unidades Locais de Saúde.

Resumo: O planeamento de Recursos Humanos em Saúde assume especial importância numa envolvente económica de grande incerteza. Para os farmacêuticos comunitários (FC), esse ambiente

conjugado com a reforma dos Cuidados de Saúde Primários pode ser uma oportunidade para que estes profissionais assumam novos papéis no Sistema de Saúde. Métodos: A análise de cenários permite analisar o futuro do FC, observando várias alternativas. A construção dos cenários decorreu em 3 fases, centrando-se em *workshops* de cenarização. Esta análise permitiu-nos desenhar três cenários alternativos Conclusões: Nestes cenários fica evidente que a necessidade de FC no futuro depende da prestação de serviços farmacêuticos para lá da dispensa de medicamentos. Estes futuros farmacêuticos terão de obter mais competências em áreas como gestão, liderança, marketing, tecnologias de informação e aptidões para o trabalho em equipa.

Palavras-chave: Planeamento Recursos Humanos da Saúde; Análise de Cenários; Inovação de Serviços Farmacêuticos; Portugal

Políticas de incorporação da força de trabalho e novos modelos organizacionais: estudo de caso de uma instituição federal de ciência e tecnologia aplicada à saúde

Isabel Cristina Arruda Lamarca possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (1985), mestrado em Psicologia pela Fundação Getúlio Vargas - RJ (1990) e doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2009). Atualmente é analista de gestão em saúde da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz. Tem experiência na área de Saúde Pública, com ênfase em Recursos Humanos em Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: políticas públicas, reforma administrativa, recursos

humanos em saúde, gestão do trabalho em saúde e regulação do trabalho.

Rafael Senise Fundação Oswaldo Cruz - FIOCRUZ.

Resumo: Este artigo analisa as políticas de incorporação da força de trabalho no setor público federal, no período 1995 e 2010, durante os governos Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva. Investiga, também, o processo de incorporação de pessoal, em uma instituição federal de Ciência e Tecnologia C&T aplicada à saúde, entre 1998 e 2011, utilizando-se o aporte teórico institucionalista de DiMaggio e Powell (1983, 2005).

Os resultados da pesquisa evidenciam o fortalecimento de critérios meritocráticos por força dos segmentos setoriais do Estado brasileiro e por sua capacidade organizacional. Na instituição de C&T observa-se a dificuldade em implementar uma política de pessoal aderida a uma estratégia organizacional.

Palavras-Chave: reforma administrativa, modelo organizacional, força de trabalho, meritocracia, terceirização.

A Precarização dos Vínculos Trabalhistas no Setor Saúde Brasileiro: Um Balanço do Período de 2004 a 2012

Katia Rejane de Medeiros é Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1992). Mestre em Saúde Pública e Doutora em Ciências com área de concentração em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggúe Magalhães/ Fundação Oswaldo Cruz

(CPqAM/FIOCRUZ) . Especialista em Gestão Hospitalar e Medicina Preventiva e Social. É Analista Senior de Gestão em Saúde no CPqAM/FIOCRUZ, atua como docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Coletiva/CPqAM. Desenvolve atividades de Pesquisas no Grupo de Governança de Sistemas e Serviços de Saúde e na Estação Observatório de Recursos Humanos do CPqAM. Membro do Fórum do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO.

Paulette Cavalcanti de Albuquerque possui graduação em Medicina pela Universidade Federal de Pernambuco (1987), mestrado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1994) e doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2003). Atualmente é professora adjunta da Universidade de Pernambuco e pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Atenção Primária à Saúde e dedica-se a ensino, pesquisa e extensão em Saúde da Família, Avaliação de Políticas de Saúde, da Educação na Saúde e Educação Popular.

Resumo: Analisou-se a gênese e evolução do debate sobre precarização dos vínculos trabalhistas na gestão da saúde no Brasil, no Conselho dos Secretários Municipais de Saúde e do Conselho Nacional de Saúde, no período de 2004 a 2012. Trata-se de uma pesquisa explicativa com abordagem qualitativa aos acervos documentais dos respectivos fóruns. Constatou-se que a preocupação com os vínculos trabalhistas na saúde ocupa a agenda do coletivo de gestores desde os anos 90 tendo regularidade nos congressos de 2004 a 2012. Nas atas das reuniões do Conselho

Nacional de Saúde a precarização foi abordada como limitante na expansão da atenção básica, presente em diferentes serviços e esferas do sistema de saúde promovendo crises em vários estados e municípios.

Palavras-chave: Gestão de Recursos Humanos em Saúde; Trabalho; Relações Trabalhistas; Conselhos de Saúde.

Mercado de trabalho do setor saúde no Brasil nos anos 2000: o mix público-privado

Juliana Bacelar de Araújo é Graduada em Ciências Econômicas (2006) pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE. Mestre em Desenvolvimento Econômico (2011) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Atualmente é doutoranda em Desenvolvimento Econômico, na área de Economia Social e do Trabalho, pela Universidade Estadual de Campinas e Bolsista CAPES.

Valéria de Jesus Coelho é Graduada em Ciências Econômicas (2004) e Especialista em Gestão Estratégica (2009) pela Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. Atualmente é mestranda pela Escola de Governo Paulo Neves de Carvalho - FJP e tutora a distância do Curso de graduação em Administração Pública da Universidade Federal de São João Del Rei, MG.

Camila Lins Rodrigues é Graduada em Ciências Econômicas (2004) pela Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. Mestre em Desenvolvimento Econômico (2012) pela Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Atualmente é professora de

graduação do Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Resumo: A análise das características do mercado de trabalho do setor saúde no Brasil nos anos 2000 revelou que a participação crescente do setor privado na oferta de serviços e a incapacidade do setor público de construir políticas de gestão de recursos humanos eficientes têm implicado em transformações importantes na organização deste mercado. O estudo baseou-se na literatura especializada e na análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio e da Relação Anual de Informações Sociais, destacando a atividade médica. Concluiu-se pela necessidade da organização de políticas públicas eficientes, capazes de organizar esta mão de obra distribuída nos setores público e privado de modo articulado à proposta do Sistema Único de Saúde (SUS).

Palavras-chave: mercado de trabalho, recursos humanos em saúde, atividade médica, privado, público.

5 de Dezembro

09:30| SESSÃO PLENÁRIA I

Gestão do Trabalho em Saúde: Estado, parcerias e a construção de políticas públicas

Mariana Vieira (CIES/ISCTE)

Trabalho em Saúde: base para o crescimento com redução da desigualdade e sustentabilidade

Claudio Salvadori Dedecca é Professor Titular em Economia Social e do Trabalho da Universidade

Estadual de Campinas, Brasil. Pesquisador dos temas sobre desigualdade socioeconômica, políticas públicas de emprego, políticas sociais, salário mínimo, pobreza e relações de trabalho. Pesquisador e professor visitante de universidades estrangeiras. Consultor de instituições internacionais de cooperação econômica e social; últimas publicações: A força de trabalho no complexo da saúde, ensaio, Revista Ciência e Saúde Coletiva, Abrasco, 2013; A nova face da pobreza rural, livro em 2 volumes, IICA, 2012,2013; Multidimensionalidad de la pobreza - propuestas para su definición y evaluación en América Latina y el Caribe, livro em 1 volume, Clacso, 2013; Processos migratórios, livro em 1 volume, Unicamp, 2013.

11:00| SESSÃO PLENÁRIA II

Saúde e trabalho no cotidiano das atividades do cuidado em saúde: Políticas Públicas, Gestão do Trabalho e Desigualdade em Saúde

Complexidade das Políticas e Intervenções para enfrentamento das Desigualdades em Saúde

Regina Bodstein é socióloga, PhD em Saúde Pública, pesquisadora Titular do Departamento de Ciências Sociais da Escola Nacional de Saúde Pública (ENPS/FIOCRUZ); pós- doutora em Avaliação de Políticas Comunitárias em Promoção da Saúde na Universidade de Montreal (Canadá); Líder do Grupo de Pesquisa "Promoção da Saúde, Gestão e Avaliação de Programas Sociais em Saúde"/CNPq /FIOCRUZ, 2003.

João Arriscado Nunes é Professor Associado com Agregação da Faculdade de Economia da

Universidade de Coimbra, co-coordenador do Programa de Doutoramento "Governança, Conhecimento e Inovação" e Investigador Permanente do Centro de Estudos Sociais. Foi Pesquisador Visitante na Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), no Rio de Janeiro (2011-2012), e Director Executivo do CES (1998-2000). Os seus interesses de investigação centram-se nas áreas dos estudos de ciência e de tecnologia (em particular, da investigação biomédica, ciências da vida e da saúde pública, da relação entre ciência e outros modos de conhecimento), da sociologia política (democracia, cidadania e participação pública, nomeadamente em domínios como ambiente e saúde) e teoria social e cultural (com ênfase no debate sobre as "duas culturas"). Actualmente, coordena os projectos de investigação "Avaliação do estado do conhecimento público sobre saúde e informação médica em Portugal", no âmbito do Programa Harvard Medical School - Portugal e "O envolvimento da ciência com a sociedade: ciências da vida, ciências sociais e públicos - BIOSENSE", ambos financiados pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Coordenou e participou em vários projectos nacionais e internacionais (com coordenação de equipas portuguesas), entre os quais se incluem "European Patient Organizations in the Knowledge Society-EPOKS"; "Deepening Ethical Engagement and Participation in Emerging Nanotechnologies - DEEPEN"; "Researching Inequality through Science and Technology - ResIST", "Governance, Health and Medicine. Opening Dialogue between Social Scientists and Users - MEDUSE", financiados pela Comissão Europeia. Foi membro do "steering committee" da rede European Neuroscience and Society Network - European Science Foundation, e fez parte da Public Health Genomics European

Network - PHGEN. Tem coordenado e (co) organizado vários eventos científicos nacionais e internacionais, entre os quais se destaca o Ciclo "Ciências da Vida e Sociedade: Desafios da Era Pós-Genómica" (2007/08) (em colaboração com o Centro de Neurociências da Universidade Coimbra) e "Exploring Biomedicine" (2007), em colaboração com o Instituto de Ciências Biomédicas Abel Salazar e o Instituto de Biologia Molecular e Celular da Universidade do Porto. Foi co-organizador dos livros Enteados de Galileu: A Semiperiferia no Sistema Mundial da Ciência (Porto: Afrontamento, 2001); Reinventing Democracy: Grassroots Movements in Portugal (London: Frank Cass, 2005) e Objectos Impuros: Experiências em Estudos Sobre a Ciência (Porto: Afrontamento, 2008) e autor de publicações diversas. Integra o Conselho Editorial revista Ciência e Trópico (Fundação Joaquim Nabuco). Foi membro do Conselho da European Association for the Study of Science and Technology (EASST).

14:30–16:00 | Painéis paralelos V
Envelhecimento e desafios de proteção dos sistemas públicos

Auditório Multimédia – IE

Fatores de sustentabilidade e de insustentabilidade nos sistemas de apoio aos idosos no interior norte de Portugal

Fernando Pereira é Docente do Instituto Politécnico de Bragança; Investigador do Centro de Investigação e Intervenção Educativas da FPCE da Universidade do Porto(CIIE); Coordenador do Núcleo de Investigação e Intervenção do Idoso (NIII)da Escola Superior de Saúde de Bragança.

Resumo: Nesta comunicação refletiremos sobre as relações entre as políticas de desenvolvimento económico e social e o estado social e influência de ambos nos fatores de sustentabilidade e insustentabilidade da rede informal de cuidados e dos sistemas de apoio institucionalizados aos idosos na região do Alto Trás-os-Montes.

A principal conclusão é que o nível de desenvolvimento social existente na região é, em larga medida, dependente do financiamento público, constituindo uma carga para o estado social. A rede de apoio informal aos idosos, baseadas nos laços de família, amizade e vizinhança continua a ter um papel importante no apoio aos idosos embora apresente sinais de colapso, tal como outras construções sociais que dependem de uma demografia equilibrada para serem sustentáveis. A rede de cuidados formais, sobretudo baseada em instituições não lucrativas (IPSS's, maioritariamente) desempenha na atualidade um papel crucial no apoio aos idosos transmontanos.

Palavras-Chave:

Família, institucionalização, uso social do conhecimento, (in)sustentabilidade do apoio aos idosos

Depois do outono: Idosos brasileiros no retorno ao trabalho

Sheila Marta Carregosa Rocha é Doutoranda em Família na Sociedade Contemporânea (UCSal,2013). Mestre em Família na Sociedade Contemporânea(UCSal,2012). Especialista em Direito Civil pela Fundação Faculdade de Direito (UFBA, 2007). Especialista em Metodologia do Ensino Superior com Ênfase em Novas Tecnologias (FBB,2002). Especialista em Psicopedagogia

(UFRJ,2000). Bacharela em Direito (FIB, 2005). Licenciada em Letras Vernáculas(Universidade Católica do Salvador, 1994). Servidora Pública. Coordenadora do curso de Bacharelado em Direito entre junho e outubro de 2009 do Centro Universitário Estácio da Bahia- Estácio/FIB. Professora do curso de bacharelado em Direito do Centro Universitário Estácio da Bahia- Estácio/FIB desde 2006, das disciplinas: Direito Constitucional, Direito Processual Civil, Direito do Idoso e Linguagem Forense.

Vanessa Ribeiro Simon Cavalcanti é Pós-doutorado na Universidad de Salamanca, Espanha (2011, CAPES e 2008, CNPq). Doutorado em História - Universidad de Leon (2003). Mestrado em História Social pela PUC/SP. Bolsista de atividades e seminários da Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales - FLACSO e Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM (2005). Na área acadêmica, é professora e pesquisadora da Universidade Católica do Salvador no Doutorado e Mestrado em Família na Sociedade Contemporânea (Interdisciplinar, CAPES 5). Foi professora visitante do Mestrado em Políticas Públicas, Desenvolvimento Regional e Gestão do Conhecimento da Universidade Estadual da Bahia (UNEB) entre os anos de 2007 e 2010. Integrante da ANPUH (Associação Nacional de História), ABEP (Associação Brasileira de Estudos Populacionais) e membro de comissão setorial da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB) 2004/2006. Professora visitante do Centro de Estudios Brasileños da Universidad de Salamanca, Espanha (2007/2008) pelo CNPq. Nos últimos anos, participa de Congressos da CEISAL (Comité Europeu de Investigación Social sobre América Latina e Caribe), FIEALC (Federación Internacional de Estudios de América Latina y el Caribe) e ICA

(International Congress of Americanists), bem como de eventos vinculados à área de História e Gênero, Políticas Públicas, Migrações. Integrante e líder do Núcleo de pesquisa e estudos sobre juventudes, identidades, cidadania e cultura (NPEJI/UCSAL) e integrante do Núcleo de Estudos de História Social da Cidade - NEHSC - PUC/SP. Ao nível internacional integra a Associação Portuguesa de Antropologia APA; a Associação de Professores de História APH, Portugal; Associação Portuguesa de Mulheres Cientistas AMONET/ Universidade Nova de Lisboa, Portugal. Coordenadora do Grupo de Criação e Difusão do conhecimento sobre Movimentos sociais, migrações e políticas públicas do CEB/USAL. Em 2013, integrou o Instituto Jurídico Portucalense, Universidade Portucalense (Porto).

Resumo: O Envelhecimento no Brasil é crescente. Em 2012, a população idosa era de 12,1%, e a tendência é que, em 2025, seja o sexto país do mundo que concentre mais idosos. Como o Estado brasileiro se prepara para enfrentar essa questão que tem várias demandas? O recorte desta pesquisa está concentrado nas vertentes - trabalho e aposentadoria. A permanência dos idosos no mercado de trabalho é necessária, primeiro porque, com o fator previdenciário, a aposentadoria não atende às necessidades básicas de sobrevivência; segundo, o país atravessa a "velha" crise na educação, isto significa que o idoso, pela experiência, é mais qualificado que o jovem. Assim, há, por um lado, uma dificuldade do jovem no ingresso no mercado de trabalho, e, por outro, há, além da necessidade econômica, uma maior permanência do idoso no mercado de trabalho. O Estado instituiu normas gerais através da lei 10.741/03 (Estatuto do Idoso) que assegura ao

idoso a proteção ao trabalho e a aposentadoria, promovendo assim uma vida digna. Contudo, o valor da aposentadoria não é suficiente para manter os direitos básicos como saúde, moradia, lazer, etc. Assim, o idoso retorna ao mercado de trabalho para somar a renda atual com a aposentadoria, ou permanece mais tempo no labor para garantir a não incidência do fator previdenciário. A pesquisa interdisciplinar revisitou os conceitos e discussões sobre as temáticas de Robert Alexy, quando trata sobre a teoria dos direitos fundamentais; Ana Amélia Camarano, cuja vertente se concentra no idoso no trabalho; Anita Liberalesso que analisa as políticas públicas voltadas para o envelhecimento no Brasil; e Solange Teixeira que aborda envelhecimento e trabalho na era do capital. Para analisar qualitativamente essa questão, foi realizada a técnica da entrevista, precedida pelo Termo de Livre Consentimento e Esclarecido, aplicada a duzentos e cinquenta idosos, residentes em Salvador, na Bahia, durante o ano de 2011. O método utilizado foi o indutivo. Na fase exploratória, a entrevista foi aplicada a dez idosos, depois de testada, foi expandida para os demais. Os dados foram analisados tendo como base teórica, Laurance Bardin. O resultado obtido foi que o Estado brasileiro precisa desenvolver políticas públicas voltadas para o mercado de trabalho da pessoa idosa, a fim de dar efetividade ao Estatuto do Idoso, e repensar a questão do fator previdenciário que obriga à permanência do mercado de trabalho por um longo período no qual o idoso já apresenta sinais de uma saúde fragilizada.

Palavras-chave: Idosos; Políticas Públicas; Trabalho; Aposentadoria.

Do conforto à boa morte: quotidianos de trabalho e a arte de cuidar em saúde paliativa

João Monteiro Feijão é doutorando em Sociologia na FCSH-UNL e investigador colaborador do CESNOVA no grupo de trabalho Mundos sociais, trajetórias e mobilidades. Foi conferencista e assistente convidado do departamento de Sociologia da FCSH-UNL, lecionando as cadeiras de Teorias Sociológicas Contemporâneas, Estratificação e Mobilidade Social e Sociologia da Educação. Atualmente participa em projetos de investigação nas áreas da sociologia da saúde, sociologia das profissões e sociologia da educação.

Inês Pedro Vicente é doutoranda em Sociologia pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, licenciada e Mestre em Sociologia pela mesma instituição com a Tese intitulada «Controvérsias públicas em torno do direito dos doentes à informação, ao consentimento informado e às diretivas antecipadas de vontade». Atualmente é Bolseira de Investigação do CESNOVA (Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa) no projeto «Construindo caminhos para a morte: uma análise de quotidianos de trabalho em cuidados paliativos», financiado pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia.

Resumo: A presente comunicação visa apresentar alguns resultados preliminares do projeto de investigação sociológica "Construindo caminhos para a morte: uma análise de quotidianos de trabalho em cuidados paliativos" (PTDC/CS-SOC/119621/2010), financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia. Partindo analiticamente da sociologia interaccionista de Barney Glaser & Anselm Strauss e da sociologia pragmática de Luc Boltanski e Laurent Thévenot, procurar-se-á

analisar como é que os profissionais em cuidados paliativos lidam no seu quotidiano com uma complexidade de situações específicas e que tipos de arranjos constroem com vista promoverem o conforto durante a trajetória de final de vida dos doentes.

Palavras-chave: saúde paliativa, quotidianos de trabalho, trajetórias de final de vida, arranjos, carreiras experienciais

Determinantes sociais do consumo problemático de álcool em idades avançadas

Mara Silva Bolseira de Investigação. Centro de Investigação em Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.

Alice Matos Professora Auxiliar (Ens. Sup.) e Investigadora Centro de Investigação em Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.

Fátima Barbosa Bolseira de Investigação. Centro de Investigação em Ciências Sociais; Instituto de Ciências Sociais – Universidade do Minho.

Helena Carvalho Educadora Social e Investigadora.

Saturnina Ferreira Professora (Secund.) e Investigadora.

Resumo: O consumo problemático de álcool tem graves repercussões na saúde a nível físico, psicológico e social. Os cientistas sociais, preocupados em contribuir para a definição de políticas que permitam prevenir o consumo abusivo e a dependência do álcool em idades jovens, têm privilegiado as pesquisas sobre adolescentes e

jovens adultos. A análise deste tipo de consumo em idades avançadas tem sido negligenciada em Ciências Sociais pelo que é ainda incipiente o conhecimento dos preditores sociais do consumo excessivo de álcool em adultos mais velhos (Moos et al., 2009). Este trabalho visa contribuir para colmatar esta lacuna, elucidando sobre as determinantes sociais do consumo problemático de álcool em indivíduos de 50 e mais anos, na Europa. A análise recaiu sobre oito países do norte, sul, centro e leste da Europa, incluindo Portugal, que participaram na 4ª vaga do projeto europeu SHARE (Survey of Health, Ageing and Retirement in Europe) e abrangeu uma amostra de 33232 indivíduos com idades compreendidas entre os 50 e os 104 anos. Uma análise de regressão logística permitiu concluir que as chances de consumo problemático de álcool são mais elevadas para os indivíduos do sexo masculino, para as pessoas que não vivem maritalmente, para os indivíduos que possuem uma baixa escolaridade, uma situação financeira desfavorável e/ou problemas de saúde. Apesar dos resultados deste estudo apontarem ainda para o facto da taxa de prevalência do consumo problemático de álcool ser menor em idades mais avançadas, 5% dos indivíduos da amostra declararam que o consumo excessivo de bebidas alcoólicas constitui ou constituiu um problema em algum momento da sua vida. Estes resultados sugerem intervenções junto dos grupos de risco identificados de modo a reduzir o consumo problemático de álcool depois dos 50 anos.

14:30–16:00| Painéis paralelos VI
Reestruturação do sistema de proteção social

e da saúde: Estado, parcerias e a construção de políticas públicas

Auditório Pequeno – IE

Desenhos Institucionais e Relações de Trabalho no Serviço Público de Saúde no Brasil: análise dos marcos legais das Organizações Sociais e Fundações Estatais

Marcia Teixeira é Professora /Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IMS/UERJ (2002) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Reestruturação produtiva, proteção do trabalho e novas relações laborais no setor público, certificado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, no Brasil. Linha de pesquisa: Análise das mudanças na gestão do trabalho em saúde nas dimensões econômicas, políticas e da atividade.

Maria Inês Martins Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ - Terapia Ocupacional, mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca /FIOCRUZ, doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro IMS/UERJ. Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz.

Vanice Silva Instituto Fernandes Figueiras – FIOCRUZ –Psicóloga, Especialista em Saúde Coletiva pela UFRJ e Mestre em Saúde Pública pela ENSP/ Fiocruz, área de Planejamento e Gestão de Sistemas e Serviços de Saúde. Analista de Gestão no Instituto Nacional de Saúde da Mulher, da

Criança e do Adolescente - Fernandes Figueira (IFF/Fiocruz).

Resumo: O estudo analisa diferentes modelos de gestão de entidades públicas e como estes interferem na gestão do trabalho em saúde no Brasil. Tem como objeto de investigação os marcos regulatórios dos novos desenhos institucionais implementados a partir da década de 1990 no setor saúde: As Organizações Sociais - OS e as Fundações Estatais de Direito Privado – FEDP. O neo-institucionalismo é utilizado como um referencial analítico por ter como foco o papel das instituições, compreendidas como estruturas intermediárias que realizam a mediação da relação Estado-Sociedade. A análise de 62 legislações, a partir de um conjunto de variáveis, como: forma de ingresso; regime de emprego; demissão; cessão e servidores, e, representação de trabalhadores permitiu uma caracterização do modelo jurídico institucional e da gestão do trabalho adotados nas OS e FEDP.

Palavras chaves: Gestão do Trabalho; Trabalho em Saúde; Organizações Sociais; Fundações Estatais de Direito Privado.

Política de Gestão do Trabalho e a Atenção em Saúde: um estudo de caso sobre a experiência de contratualização da Atenção Básica no Município do Rio de Janeiro

Maria Inês Martins é Professora /Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IMS/UERJ (2002) e coordenadora do Grupo de Pesquisa

Reestruturação produtiva, proteção do trabalho e novas relações laborais no setor público, certificado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, no Brasil. Linha de pesquisa: Análise das mudanças na gestão do trabalho em saúde nas dimensões econômicas, políticas e da atividade.

Carla Carneiro é Mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, pesquisadora associada do Grupo de Pesquisa Reestruturação produtiva, proteção do trabalho e novas relações laborais no setor público, certificado pelo Conselho Nacional de Pesquisa, CNPq, no Brasil. Linha de pesquisa: Análise das mudanças na gestão do trabalho em saúde nas dimensões econômicas, políticas e da atividade

Resumo: O estudo analisa a parceria do Estado com Organizações Sociais para a gestão do trabalho em saúde no setor público, a partir da experiência do Município do Rio de Janeiro na contratualização da gestão dos serviços de Atenção Básica em Saúde.

A pesquisa identifica no modelo adotado um distanciamento entre as metas e indicadores, que são estabelecidos no nível central, e as necessidades de saúde da população, bem como da estrutura operacional dos serviços.

Do ponto de vista das relações de trabalho, a temporalidade e externalidade dos vínculos comprometem os avanços no sentido da democratização, da equidade e da cidadania, no campo da saúde e do trabalho, conquistados na Constituição Brasileira de 1988.

Palavras-chave: contratualização, Organizações Sociais, gestão do trabalho em saúde, Atenção Básica em Saúde, políticas sociais.

Papel das políticas, dos modelos e práticas dos Gestores dos Agrupamentos de Centros de Saúde no desenvolvimento da Reforma dos Cuidados de Saúde Primários

Silvia Machaqueiro Centro Colaborador da OMS para Políticas e Planeamento de Recursos Humanos, Instituto de Higiene e Medicina Tropical – Universidade Nova de Lisboa.

Luís Lapão é Professor Auxiliar de Saúde Internacional e de Gestão de Informação no IHMT, Universidade Nova de Lisboa, e foi Professor Convidado do Serviço de Bioestatística e Informática Médica da Universidade do Porto entre 2008 e 2012. É investigador e coordenador da *Research Line* de intervenções em "Health Workforce Strengthening" no Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o planeamento e políticas da força de trabalho em saúde. Tem sobretudo trabalhado na área da inovação e do desenvolvimento de intervenções organizacionais em Saúde, com ênfase nas áreas da liderança, re-engenharia organizacional, gestão de projectos, telemedicina, e gestão de sistemas de informação em hospitais, cuidados de primários de saúde e em Unidades Locais de Saúde.

Resumo: A reforma dos cuidados de saúde primários levou à criação dos ACES, novas estruturas com autonomia administrativa e um novo modelo de governação, criando necessidade de competências de gestão aos vários níveis: do Director Executivo às USF. Considerando a complexidade do trabalho do gestor, sobretudo em contexto de reforma, estudamos os modelos de gestão, através da análise das práticas dos seus gestores, com vista à elaboração de recomendações.

Resultados confirmam a complexidade da gestão, acrescentando a necessidade de lidar com a inovação do novo modelo organizacional. A sua actividade tem uma forte componente burocrática e administrativa, observando-se diferenças segundo a posição ocupada e o perfil individual de gestão.

Palavras-chave: cuidados de saúde primários, Agrupamentos de Centros de Saúde (ACES), Unidades Locais de Saúde (ULS), modelos de gestão, integração.

Novos desenhos organizacionais no setor saúde: um estudo de caso no nordeste brasileiro

Francisco de Assis da Silva Santos Faculdade ASCES; FIOCRUZ-PE

Garibaldi Júnior FIOCRUZ-PE

Katia Rejane Medeiros é Graduada em Serviço Social pela Universidade Federal de Pernambuco (1992). Mestre em Saúde Pública e Doutora em Ciências com área de concentração em Saúde Pública pelo Centro de Pesquisas Aggúe Magalhães/Fundação Oswaldo Cruz (CPqAM/FIOCRUZ). Especialista em Gestão Hospitalar e Medicina Preventiva e Social. É Analista Senior de Gestão em Saúde no CPqAM/ FIOCRUZ, atua como docente e pesquisadora do Departamento de Saúde Coletiva/CPqAM. Desenvolve atividades de Pesquisas no Grupo de Governança de Sistemas e Serviços de Saúde e na Estação Observatório de Recursos Humanos do CPqAM. Membro do Fórum do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO

Resumo: O objetivo do presente estudo foi analisar a evolução das organizações privadas na

administração de serviços públicos de saúde e como o poder público tem se preparado para efetuar a regulação deste novo desenho organizacional. Realizou-se um estudo de casos, a partir de banco de dados secundários, do estado de Pernambuco, no nordeste brasileiro. Constatou-se que 46% dos serviços públicos estaduais se enquadram neste desenho organizacional, mais de \$300 milhões foram gastos e, segundo o tribunal de contas, o papel regulador do estado deve ser fortalecido, pois os investimentos neste modelo de administração tem se expandido sem a suficiente fiscalização governamental, o que pode provocar prejuízos econômicos e sociais.

Palavras – chave: Saúde Pública, Administração de serviços de saúde, modernização do setor público

16:45 – 18:15 | Painéis paralelos VII
Educação, formação e cidadania na saúde
Auditório Multimédia – IE

Aceitabilidade vacinal e cidadania no Portugal contemporâneo. Contornos do consenso e da dissensão

Manuela Ivone Cunha é doutorada em antropologia, agregada em sociologia e ensina na Universidade do Minho. É membro do CRIA-UM (Portugal) e do IDEMEC-CNRS (França). A sua investigação tem-se centrado em economias informais e na estrutura comparada dos mercados de drogas, em prisões e instituições totais. Trabalhou várias articulações entre criminalidade, género e etnicidade, a última das quais incidiu na criminalização diferenciada dos cortes genitais femininos. Recentemente concluiu um projeto

sobre vacinação, cidadania e política do corpo. Publicou *Entre o Bairro e a Prisão: Tráfico e Trajectos*, (2002) (Prémio Sedas Nunes Para as Ciências Sociais) e *Malhas que a reclusão tece. Questões de identidade numa prisão feminina* (1994), além de ter coordenado ou co-coordenado a publicação de *Aquém e Além da Prisão* (2008); *Razões de Saúde. Poder e Administração do Corpo: Vacinas, Alimentos, Medicamentos* (2011) e os números temáticos "Formalidade e Informalidade", (2006, *Etnográfica*) "A Prisão, o Asilo e a Rua", (2007, *Análise Social*), "Ethnography and the Public Sphere" (2010, *Etnográfica*), e "Ambiguidades contemporâneas da segurança" (2011, *Etnográfica*).

Jean-Yves Durand (doutoramento em antropologia, Aix-en-Provence; MA em literatura comparada / teoria da tradução, State University of New York), docente no Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, é director do Museu da Terra de Miranda (Direcção Regional de Cultura do Norte). É investigador do CRIA-UM, onde coordenou (2007-2012) a linha Saberes, Poderes e Mediações. É membro da redacção das revistas *Etnográfica*, *Cadernos de Arte e Antropologia* e *Ethnologie Française*. Observa objectos, técnicas, práticas, "tradições" e "saberes" – festas, artesanato, etnobotânica, técnicas de mobilidade (rotundas, GPS), vacinação, entre outros – que remetem para registos muito díspares da vida social mas cujas dinâmicas comuns são reveladoras da instauração de novas estruturas de poder e das relações entre políticas públicas e autonomia individual. As suas publicações incluem três livros que dirigiu: *Vila Verde: uma etnografia no presente* (2004), *Os "Lenços de Namorados". Frentes e*

versos de um produto artesanal no tempo da sua certificação (2006) e (com Manuela Ivone Cunha) *Razões de saúde. Poder e administração do corpo: vacinas, alimentos, medicamentos* (2011).

Resumo: Drawing on narrative interviews and ethnographic research in French and Portuguese settings, we examine a contemporary form of vaccine acceptability as it emerges in routine vaccination. Against a backdrop of manifestations that are circumscribed to particular cultural scenes or bounded systems of ideas, we focus on a diffuse tendency which resonates with wider contemporary transformations.

Its analysis cannot be framed within the narrow limits of health and risk management.

Health and the body are but one of the domains in which a same pattern of production of dissent arises. It is by exploring the political dimensions of such pattern that the production of consent and that of dissent stand in relation to one another as two sides of the same coin.

Keywords: immunization, vaccination, resistance, body politics, state

Obesity trends in Portugal – what can we learn from cross sectional data?

Sílvia Sousa é Doutorada em Economia pelo Instituto Universitário Europeu, Florença, Itália é atualmente professora auxiliar no Departamento de Economia e membro do NIPE (Núcleo de Investigação em Políticas Económicas), da Universidade do Minho. Trabalhou previamente no Ministério para a Qualificação e o Emprego como técnica superior e, durante quatro anos, como assessora do Gabinete do Ministro do Trabalho e da

Solidariedade Social. Os seus interesses de investigação são o mercado de trabalho e a sua interseção com a economia da saúde.

Céu Mateus is Assistant Professor of Health Economics at the National School of Public Health at University Nova of Lisbon. She worked for the Institute of Management and IT (Ministry of Health) in the Department of Information Systems Development from 1995 until 2001, where she was the Executive responsible for the Financing System/Classification System in Diagnoses Related Groups. Her research areas include equity in health, pharmacoeconomics and patient classification systems. She is currently undertaking studies of inequalities in the treatment in hospital care and variations in clinical practice. She was President of Patient Classification Systems International from 2002 until 2009. She is the President of the Portuguese Association of Health Economics since 2011.

Resumo: A generalidade dos países desenvolvidos apresenta taxas crescentes de obesidade, não sendo Portugal uma exceção. O objetivo do presente estudo é analisar a evolução das disparidades regionais na incidência da obesidade em Portugal e procurar identificar os fatores que poderão ter contribuído para o padrão encontrado, designadamente, a educação. A análise cobre um período de uma década e baseia-se em dados seccionais de três Inquéritos Nacionais de Saúde. Corroborando a literatura, os resultados preliminares, baseados na produção de índices de concentração, mostram que existem diferenças regionais e de género na incidência da obesidade correlacionadas com o rendimento, consistentes ao longo do tempo. Os resultados preliminares da decomposição dos índices de concentração

apontam ainda para a importância da educação, ou da falta desta, no aumento da incidência da obesidade.

Palavras-chave: obesidade; Inquérito Nacional de Saúde; desigualdades; decomposição do índice de concentração de saúde

Políticas públicas de nutrição e direito de escolha de regime alimentar: ideologia e direitos fundamentais

Virgínia Henriques Calado CRIA-UM

Resumo: Se o direito à alimentação, enquadrável no direito à saúde, pode ser perspectivado como garantia e como aquisição indispensável para o exercício da cidadania, as medidas específicas implementadas no âmbito de políticas nutricionais (no limite, imposição de regimes alimentares) podem ser entendidas como restrição e atentado a direitos fundamentais. Perfilar esta dissensão político-jurídica como encerrando divergências que são de carácter ideológico é um dos objetivos desta apresentação. Aquilo que, em termos de política nutricional, pode ser considerado uma «alimentação adequada», surge, para alguns, como produto ideológico de uma atividade científica não destituída de ideologia. Do mesmo modo, aquilo que constitui uma «alimentação adequada» para os que seguem, por exemplo, a macrobiótica, é desconsiderado no âmbito das políticas de nutrição.

Palavras-chave: Políticas de nutrição, direitos fundamentais, cidadania, ideologia.

Políticas públicas e o trajecto da luta contra a infecção pelo VIH/sida em Portugal

Fernando Bessa Ribeiro é Professor auxiliar da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador integrado do Centro de Investigação em Ciências Sociais da Universidade do Minho. Capitalismo e mudança social em Moçambique e na Guiné-Bissau, género e sexualidade constituem os seus principais interesses de investigação. Mais recentemente coordenou, por solicitação do Agrupamento de Centros de Saúde do Nordeste Trasmontano, um estudo sobre a infecção pelo VIH/sida no distrito de Bragança.

Octávio Sacramento é Assistente da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro e investigador integrado do Centro de Estudos Transdisciplinares para o Desenvolvimento. Entre os seus principais interesses de investigação destaca-se o da prostituição e a circulação de pessoas entre a Europa e o Brasil. Está a finalizar a sua tese de doutoramento sobre configurações de intimidade entre homens europeus e mulheres brasileiras. Fez parte da equipa de investigação do estudo sobre a infecção pelo VIH/sida no distrito de Bragança, solicitada pelo Agrupamento de Centros de Saúde do Nordeste Trasmontano.

Resumo: De forma ainda mais acentuada do que aconteceu em muitos outros países, Portugal demorou demasiado tempo a agir e a implementar respostas pró-activas, selectivas, integradas e socialmente envolventes na abordagem à infecção pelo VIH/sida. Nesta comunicação começamos por fazer uma breve arqueologia da criação de um quadro estrutural global de luta contra a infecção. De seguida debatemos o atraso com que foram implementadas no nosso país, apesar das orientações internacionais, políticas verdadeiramente sustentadas e eficazes de prevenção, monitorização, acompanhamento e

tratamento da epidemia e, por outro lado, a permanência de legislação e orientações institucionais nefastas à sua prevenção e gestão ou, noutros casos ainda mais frequentes, a não operacionalização de quadros legislativos manifestamente adequados.

Developing eHealth services to support Community Pharmacist's provision of Pharmaceutical Care

João Gregório é licenciado em Ciências Farmacêuticas pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Portugal (2002) e Mestre em Saúde e Desenvolvimento, com Especialização em gestão de Programas, pelo Instituto de Higiene e Medicina Tropical (2011). É especialista em Farmácia Comunitária pela Ordem dos Farmacêuticos, desde Setembro de 2009. Actualmente é bolseiro de investigação do projecto FCT e-PharmaCare: eHealth combining Primary-care, Pharmacy Services and Patient participation (PTDC/CCI-CIN/122690/2010), e estudante de doutoramento em Saúde Internacional, especialidade de Políticas de Saúde e Desenvolvimento no Instituto de Higiene e Medicina Tropical. É assistente de investigação e colaborador no Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o planeamento e políticas da força de trabalho em saúde. Os seus interesses de investigação centram-se em áreas como o desenvolvimento de serviços de saúde, gestão da informação e comunicação em saúde e capacitação de recursos humanos de saúde.

Tiago Ferreira licenciou-se pela Universidade do Minho em 2009 com o curso de Engenharia Informática. Terminou o mestrado em Engenharia Informática e de Computador em 2013, no

Instituto Superior Técnico de Lisboa. Encontra-se atualmente a trabalhar como Engenheiro de Software para o Centro de Desenvolvimento da Microsoft em Copenhaga. No passado trabalhou para a empresa de digital da Technicolor e como investigador no Instituto de Higiene e Medicina Tropical e Escola Politécnica e Federal de Lausanne.

Digo Mello em 2011, completou a licenciatura em Bioengenharia – especialização biomédica na Escola Superior de Biotecnologia, Universidade Católica – Porto. O projeto final decorreu durante um ano na International Faculty of Engineering, Lodz – Polónia e focou-se no desenvolvimento de um modelo matemático que permitisse a monitorização dos níveis glicémicos em pacientes diabéticos. Terminou o Mestrado em Engenharia de Serviços e Gestão, em 2013 na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto. Atualmente, é analista na Accenture na área de SAP – Travel.

Afonso Miguel Cavaco é Licenciado em Ciências Farmacêuticas e Mestre em Farmácia Comunitária pela Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa, Portugal. É doutor em Farmácia, especialidade de Sócio-farmácia, pela School of Pharmacy, University of London, UK, e pós-doutorado em Comunicação em Saúde pela Bloomberg School of Public Health, Johns Hopkins University, USA. É Professor Associado em Sócio-farmácia na Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e Professor Visitante no mesmo departamento da Faculdade de Farmácia da Universidade de Helsínquia, Finlândia. É o atual coordenador do grupo de investigação Pharmacoepidemiology and Social Pharmacy do iMed.UL (Research Institute for Medicines and

Pharmaceutical Sciences) da Universidade de Lisboa.

Miguel Mira da Silva obteve a licenciatura (1989) e o mestrado (1993) em Engenharia Electrotécnica (ramo de sistemas e computadores) pelo Instituto Superior Técnico em Lisboa, o doutoramento (1997) em Ciências da Computação pela Universidade de Glasgow na Escócia, e mais recentemente um prestigiado mestrado em gestão designado "Sloan Fellowship" (2005) pela London Business School. Actualmente é Professor de Sistemas de Informação no Instituto Superior Técnico e responsável do grupo de investigação "Digital Services" no INOV. A área de actividade científica está concentrada na área da Engenharia Organizacional aplicada à inovação em serviços de base tecnológica (ou digitais) incluindo serviços financeiros, de informática, de saúde, de ensino e outros serviços públicos.

Luís Lapão é Professor Auxiliar de Saúde Internacional e de Gestão de Informação no IHMT, Universidade Nova de Lisboa, e foi Professor Convidado do Serviço de Bioestatística e Informática Médica da Universidade do Porto entre 2008 e 2012. É investigador e coordenador da *Research Line* de intervenções em "Health Workforce Strengthening" no Centro Colaborador da Organização Mundial de Saúde para o planeamento e políticas da força de trabalho em saúde. Tem sobretudo trabalhado na área da inovação e do desenvolvimento de intervenções organizacionais em Saúde, com ênfase nas áreas da liderança, re-engenharia organizacional, gestão de projectos, telemedicina, e gestão de sistemas de informação em hospitais, cuidados de primários de saúde e em Unidades Locais de Saúde.

Resumo: A reforma da saúde enfrenta o desafio da gestão da doença crónica, onde os serviços eHealth podem desempenhar um papel importante. Pretende-se desenvolver uma plataforma web para estudar o eHealth na prestação de serviços farmacêuticos e na forma de trabalhar destes. Métodos: Utiliza-se a metodologia Design Science Research, e um método misto para caracterizar o uso do eHealth nos serviços das farmácias comunitárias (FC). Resultados e discussão: As FC continuam focadas na dispensa de medicamentos, mas os utentes encontram valor na possibilidade de seguimento à distância através do eHealth. A utilização do tempo nas farmácias sugere ser necessário reorganizar internamente as FC para possibilitar a prestação de serviços eHealth.

16:45 – 18:15 | Painéis paralelos VIII Saúde e trabalho no cotidiano das atividades do cuidado em saúde
Auditório Pequeno – IE

O Jeitinho de Fazer Saúde dos Agentes Comunitários da Saúde Família de Manguinhos

Eliane Chaves Vianna possui graduação em Psicologia pela Universidade Gama Filho (1991), mestrado em Ciências da Saúde pela Fundação Oswaldo Cruz (1999) e Doutorado em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2013). É professora e pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz (ENSP/FIOCRUZ). Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em SAÚDE DA FAMÍLIA. Atua principalmente nos seguintes temas:

serviços, subjetividade, trabalho em saúde e saúde mental.

Jussara Cruz Brito é Pós-doutorado em Ergologia (Universidade de Provence, 2004), doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (1996) e Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1985). Como Pesquisadora Titular na Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca (ENSP/FIOCRUZ), é vinculada ao Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana (CESTEH), onde coordena o Grupo de Pesquisa e Intervenção em Atividade de Trabalho, Saúde e Relações de Gênero (PISTAS). Atualmente é membro do Comitê Editorial da revista eletrônica *Laboreal*, do GT Modos de Vida e Trabalho da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Psicologia, do GT Saúde do Trabalhador da Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva e Comitê Técnico Gênero e Trabalho da International Ergonomics Association. Atua na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, focando principalmente os seguintes temas: saúde e trabalho no setor de serviços (educação, saúde, telemarketing); gênero, saúde e trabalho; metodologias de produção de conhecimento e formação para ação.

Luciana Gomes é Doutora em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2011), Mestre em Saúde Pública pela Fundação Oswaldo Cruz (2002), Especialista em Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana pela Fundação Oswaldo Cruz (1999) e psicóloga pela Universidade Federal de Santa Catarina (1999). Atualmente está no Pós-doutorado no Centro de Estudos da Saúde do Trabalhador e Ecologia Humana da Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca da Fundação

Oswaldo Cruz, onde é Pesquisadora Visitante. Apresenta experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Saúde do Trabalhador, Psicologia do Trabalho e Organizacional, Saúde Mental e Gestão em Saúde. Atua principalmente nos seguintes temas: trabalho, saúde, serviços, subjetividade, trabalho em saúde, trabalho docente e saúde mental.

Resumo: Esta Tese tem como tema central o trabalho da Agente Comunitária de Saúde inserida na Estratégia Saúde da Família de Manguinhos. Aborda seu cotidiano de trabalho no tocante a seu jeito de fazer saúde, as construções por ela elaboradas na tentativa de lidar com as adversidades encontradas, além de discutir os possíveis agravos à saúde relacionados às suas condições de trabalho, considerando o ponto de vista da atividade, a partir das Clínicas do Trabalho. Como resultado, indicamos um jeitinho ACS de fazer saúde, baseado no pertencimento e solidariedade à comunidade a que assiste. Este pertencimento favorece o desgaste emocional, mas também possibilita a construção do sentido do trabalho transformando sofrimento em prazer.

Palavras Chave: saúde da família, agente comunitário de saúde, trabalho em saúde, clínicas do trabalho.

Violência no trabalho: um estudo com servidores públicos da saúde

Iracema Silva possui graduação em Serviço Social pela Universidade Católica do Salvador (1985) Mestrado em Saúde Coletiva pelo Instituto de Saúde Coletiva - UFBA (2006) e Doutorado (2013) pela mesma instituição, área de concentração

Epidemiologia. Atualmente é sanitaria - Secretária de Saúde do Estado da Bahia. Tem experiência na área de Saúde Coletiva, com ênfase em Epidemiologia, atuando nos seguintes temas: violência, assédio moral educação e trabalho na saúde, gênero.

Estela Aquino formada em Medicina, em 1977, concluiu o Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 1996. É professora associada IV do Instituto de Saúde Coletiva da UFBA, onde coordena o MUSA - Programa Integrado em Gênero e Saúde, o qual integra a estrutura matricial do ISC e está cadastrado como grupo de pesquisa na plataforma Lattes. Atua na área de saúde coletiva, com ênfase em epidemiologia. Os termos que melhor definem sua produção científica e tecnológica são: gênero e saúde, saúde de adultos, saúde reprodutiva, saúde e trabalho, epidemiologia.

Isabela Pinto é Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia, mestrado em Saúde Coletiva pela Universidade Federal da Bahia (1991) e doutorado em Administração pela Universidade Federal da Bahia (2004). Atualmente é Coordenadora do GT Trabalho e Educação na Saúde da ABRASCO. Tem experiência na área de políticas sociais, com ênfase em Saúde, atuando principalmente nos seguintes temas: processo decisório, ciclo de política, gestão, avaliação, políticas públicas e política de saúde, gestão do trabalho e da educação na saúde, recursos humanos em saúde.

Resumo: Este estudo foi realizado com o objetivo de investigar a ocorrência da violência no local de trabalho como um dos problemas atuais que podem influenciar a ocorrência de problemas de

saúde entre trabalhadores da saúde. Foram entrevistados 679 servidores do setor e os resultados mostraram que apenas 17,8% das pessoas entrevistadas informaram não ter qualquer preocupação em relação à violência no seu local de trabalho. Constatou-se que 25,9% (IC 95%: 22,6% - 29,2%) dos entrevistados referiram pelo menos uma das modalidades de violência investigadas, sendo a agressão verbal (19,4%) a mais freqüente. Em relação ao assédio moral, a prevalência foi de 10,5%. O estudo mostrou-se importante para a visibilidade da violência no setor saúde, fornecendo subsídios para a formulação de políticas de atenção à saúde dos trabalhadores.

Palavras-Chaves: violência no trabalho em saúde; assédio moral; processo de trabalho em saúde; gênero

O trabalho em saúde: desafios para vigilância em saúde do trabalhador

Roberta Machado Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz

Simone Oliveira Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz

Jorge Mesquita Huet Machado Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz

Resumo: Realizou-se um estudo de caso em um Hospital Federal do Rio de Janeiro, Brasil, buscando

conhecer a dinâmica de trabalho do Núcleo de Saúde do Trabalhador e os desafios às ações de Vigilância em Saúde do Trabalhador a partir de uma Unidade de Terapia Intensiva Neonatal dessa instituição. Definiu-se como objetivos específicos do estudo: identificar as ações do Núcleo; conhecer a relação saúde/trabalho a partir do ponto de vista da atividade do setor de UTIN; refletir as potencialidades do Inquérito de Saúde e Trabalho em Serviço e dos Encontros sobre o trabalho como métodos utilizados na apreensão da relação saúde trabalho; identificar desafios e propor prioridades de ação para este Núcleo de Saúde do Trabalhador. **Palavras-chaves:** saúde no trabalho, vigilância, hospital, pessoal da saúde

O cuidado nas atividades dos trabalhadores de nível médio da área da gestão em saúde

Tereza Paiva é Mestre em Gestão do Trabalho e Educação em Saúde pela Escola Nacional de Saúde Sérgio Arouca- ENSP-Fiocruz (2011). Professora pesquisadora da Escola Politécnica Joaquim Venâncio da Fundação Oswaldo Cruz. Possui graduação em Psicologia e Especialização em Saúde Pública. Os principais temas de estudo estão relacionados ao planejamento em saúde, gestão dos serviços e sistemas de saúde, gestão do cuidado e humanização da atenção.

Maria Inês Martins é Professora /Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública, ENSP/FIOCRUZ, Doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, IMS/UERJ (2002) e coordenadora do Grupo de Pesquisa Reestruturação produtiva, proteção do trabalho e novas relações laborais no setor público, certificado pelo Conselho Nacional de

Pesquisa, CNPq, no Brasil. Linha de pesquisa: Análise das mudanças na gestão do trabalho em saúde nas dimensões econômicas, políticas e da atividade.

Resumo: O estudo visa compreender as dimensões do cuidado em saúde envolvidas no desenvolvimento de atividades denominadas como de apoio, sendo percebidas como tarefas apenas administrativas, centradas na racionalidade instrumental, não importantes para a o setor. A partir de pesquisa bibliográfica e exploratória com base nas técnicas de observação participante, grupo focal e fluxograma analisador, foi possível constatar que é preciso desconstruir este campo, historicamente marcado por uma visão técnica, por um modo de fazer taylorista, que faz com que o trabalhador não se reconheça como sujeito do processo de produção do cuidado e reforça as práticas já instituídas, baseadas na separação entre os modos de cuidar e os modos de gerir as atividades de saúde.

Palavras Chave: Cuidado em saúde, gestão em saúde, trabalhadores de nível médio em saúde, políticas de saúde.

Os trabalhadores da saúde e a construção de suas trajetórias ocupacionais

Filippina Chineli é Antropóloga, doutora em Educação pelo programa de Pós-graduação em Educação-UFF. Docente aposentada do IFCS/UFRJ. Professora e pesquisadora do Observatório dos Técnicos em Saúde/Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde da EPSJV/FIOCRUZ.

Monica Vieira é Socióloga, doutora em Saúde Coletiva pelo IMS/UERJ. Professora e pesquisadora

do Observatório dos Técnicos em Saúde/Laboratório do Trabalho e da Educação Profissional em Saúde da EPSJV/FIOCRUZ.

Resumo: Esta comunicação discute a relação entre trabalho, qualificação e a construção das trajetórias ocupacionais dos trabalhadores da saúde, com ênfase em dois grupos de trabalhadores que ocupam postos de trabalho que exigem escolaridade de nível médio e elementar. Entende-se que as trajetórias ocupacionais conformam processos de mobilidade coletiva que exprimem a articulação concreta de múltiplas dimensões (trabalho, escola, família, etc), com suas rupturas e descontinuidades.

O tema é tratado no contexto mais geral das mudanças no mundo do trabalho e explora mais especificamente o que se passa entre os processos de qualificação e a inserção profissional dos agentes comunitários de saúde e técnicos de enfermagem no mercado de trabalho em saúde. O artigo buscou compreender aspectos considerados centrais nesse processo: motivações de ingresso e permanência na ocupação e as expectativas profissionais a partir de entrevistas realizadas com esses trabalhadores.

Palavras-chave: qualificação, trajetórias ocupacionais, trabalhadores da saúde

Pensar os "riscos psicossociais": contributos da Psicodinâmica do Trabalho

João Areosa Investigador no CICS e docente no ISLA.

Duarte Rolo Investigador na equipa de Psicodinâmica do Trabalho e da Ação, docente no Conservatoire National des Arts et Métiers

Resumo: Atualmente, a relação entre trabalho e saúde é essencialmente abordada através da categoria dos "riscos psicossociais". Amplamente utilizada tanto no campo científico, como entre consultores e intervenientes nos meios de trabalho, a categoria permanece no entanto sujeita a controvérsias no que diz respeito à sua definição e ao seu significado.

A psicodinâmica do trabalho tem vindo a desenvolver, desde o seu início, uma abordagem compreensiva e articulada das interações entre trabalho e saúde, centrada na análise e descodificação dos fatores que influenciam a saúde mental dos trabalhadores. Desde cedo se interessou pelas consequências subjetivas produzidas no mundo ocupacional identificando, por um lado, os efeitos perversos associados ao trabalho e demonstrando, por outro lado, que esse mesmo trabalho também nos pode "brindar" com benefícios extraordinários. Esta dualidade não é exatamente nova, tendo em conta que já desde Karl Marx sabíamos que o trabalho nos podia oferecer o "melhor" e o "pior" para a nossa existência. Porém, aquilo que parece constituir-se como algo realmente novo nesta disciplina é a descoberta da extraordinária influência que o trabalho pode ter sobre a saúde mental, sabendo que é suscetível de a beneficiar largamente ou, pelo contrário, de a prejudicar profundamente.

Tendo em conta estes elementos, o contributo da psicodinâmica do trabalho para a compreensão e análise da relação entre trabalho e saúde parece-

nos de relevo. Nesse sentido, tentaremos mobilizar os principais aportes desta disciplina para alargar o debate científico acerca da definição e utilização da categoria de riscos psicossociais, nomeadamente numa perspetiva de prevenção dos distúrbios e patologias laborais.

4 de Dezembro

16:15 – 16:45 | Sessão de Posters

Átrio Poente Sul – IE

- Profissões, regulação e novos desenhos organizacionais no setor da saúde

Enfermagem militar em Portugal: Especificidade, contexto e condições do exercício profissional

Rui Pedro Gomes Pereira Enfermeiro. Professor Adjunto – Escola Superior de Enfermagem / Universidade do Minho. Vogal do Conselho de Enfermagem da Ordem dos Enfermeiros. Membro do Grupo de trabalho para a Enfermagem Militar/Ordem dos Enfermeiros

Bruno de Noronha Gomes Enfermeiro. Vice-Presidente do Conselho Diretivo da Ordem dos Enfermeiros Membro do Grupo de trabalho para a Enfermagem Militar/Ordem dos Enfermeiros

Jorge Adelino Cunha Ribeiro Pires Enfermeiro Especialista. Hospital das Forças Armadas. Presidente da Assembleia Geral da Ordem dos Enfermeiros Membro do Grupo de trabalho para a Enfermagem Militar/Ordem dos Enfermeiros.

Rui Manuel Aldeias Martins Enfermeiro. Armada. Membro do Grupo de trabalho para a Enfermagem Militar/Ordem dos Enfermeiros.

Vitor Manuel Jacinto Pereira Membro do Grupo de trabalho para a Enfermagem Militar/Ordem dos Enfermeiros.

Resumo: Os enfermeiros constituem o maior grupo profissional da saúde em Portugal. Os contextos do seu exercício profissional são múltiplos e heterogêneos, acompanhando as pessoas ao longo do ciclo vital e ainda as famílias, os grupos e as comunidades. Também os contextos de intervenção são variados e multifacetados, desde unidades diferenciadas prestando cuidados a doentes agudos até aos cuidados de saúde primários, continuados e paliativos.

Paralelamente, a Ordem dos Enfermeiros (OE) é a associação de direito público responsável pela regulação do exercício profissional da enfermagem, assegurando a qualidade dos cuidados prestados às populações. Em Portugal o acesso ao título profissional de enfermeiro/enfermeiro especialista e o exercício da profissão implicam a atribuição de cédula profissional por parte da OE. Entre as obrigações estatutárias da OE encontra-se a monitorização e o acompanhamento das condições do exercício de enfermagem em todo o país.

É neste enquadramento que surge o Grupo de Acompanhamento da Enfermagem Militar, dinamizado pela OE e pela Associação Portuguesa de Enfermagem Militar (APEM). Em Portugal são estimados em cerca de 500 os enfermeiros militares, cujas competências acrescidas são factuais, porquanto associam o perfil funcional destes enfermeiros às competências inerentes ao estatuto e condição militar. Os diversos contextos de atuação, também são alvo de enorme abrangência e diversidade, passando por hospitais, outras unidades funcionais de saúde militar incluindo navios e aeronaves, prestação de

cuidados em cenários de guerra, missões internacionais e humanitárias e ainda da intervenção junto das populações civis em situações de catástrofe.

A presente comunicação pretende dar conhecer junto da comunidade académica e científica a especificidade do exercício destes profissionais, cujo contexto, missão e abrangência ultrapassa as comuns convenções associadas tradicionalmente ao exercício dos enfermeiros. A realidade única e peculiar do seu desempenho, bem como a penosidade e contingência das diversas missões que lhes são confiadas, justificam a apresentação proposta

A odontologia no Brasil e a demanda de políticas regulatórias para o exercício profissional no âmbito do MERCOSUL

Andréa Lanzillotti Cirurgiã-dentista. Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ.

Maria Helena Machado Socióloga. Escola Nacional de Saúde Pública/FIOCRUZ

Resumo: O MERCOSUL é, na América Latina, a atual proposta de integração dos países do Cone Sul, e dentre seus objetivos finais está a livre circulação de serviços e pessoas, incluindo profissionais de saúde; previstos para o ano de 2015. O objetivo deste estudo foi identificar a situação atual da regulação da odontologia no Brasil, com vistas ao livre trânsito destes profissionais e a liberalização de serviços bucais no MERCOSUL. Trata-se de um estudo qualitativo, que reuniu a Revisão de Literatura, a Análise Documental, a Observação Participante e a Análise de Conteúdo como estratégias de investigação e tratamento dos dados, a fim de atingir o objetivo final. Neste contexto, verificamos as quatro fontes

de regulação que incidem sobre as profissões, bem como as ações do Subgrupo de Trabalho no. 11 "Saúde" voltadas para facilitar tal processo. Ademais, foram realizadas entrevistas com representantes desta categoria profissional, com vistas a conhecer suas percepções sobre a integração em curso. Concluímos que existe uma assimetria entre os processos de regulação do exercício profissional dos odontólogos no Brasil frente aos demais Estados Partes - Argentina, Paraguai, Uruguai e Venezuela, havendo o risco dessa liberalização gerar efeitos adversos ao mercado de trabalho odontológico brasileiro, quando da ausência de políticas regulatórias para o livre trânsito desta categoria. Às considerações finais evidenciamos nós críticos que emergiram no decorrer do estudo e elencamos sugestões para o deslindar destes, considerando que o aprofundamento do processo de integração é desejável aos olhos governamentais e que se faz premente a harmonização de legislações e a eleição de marcos regulatórios direcionados ao tema.

Parâmetros para seleção de pessoal através de concurso público em instituições de c&t em saúde: o caso INCA

Marisa Martins Teixeira de Carvalho Psicóloga/Chefe da Divisão de Desenvolvimento de Pessoas. Ministério da Saúde/Instituto Nacional de Câncer

Maria Inês Martins Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ - Terapia Ocupacional, mestre em Saúde Pública pela Escola Nacional de Saúde Pública Sérgio Arouca /FIOCRUZ, doutora em Saúde Coletiva pelo Instituto de Medicina Social da Universidade do

Estado do Rio de Janeiro IMS/UERJ. Pesquisadora do Departamento de Ciências Sociais da Escola de Saúde Pública Sérgio Arouca/ Fundação Oswaldo Cruz.

Resumo: Na administração pública brasileira a regulamentação em vigor para a realização do processo de ingresso de pessoal no serviço público prioriza os níveis de conhecimentos e habilidades dos candidatos, através de provas escritas e prova de títulos, com ênfase na dimensão acadêmica e cognitiva do processo.

Pautado pelo modelo clássico weberiano, que privilegia os princípios da impessoalidade e da competência técnica não é considerada a dimensão subjetiva do perfil dos candidatos, aspectos determinantes para conduta e desempenho dos trabalhadores.

Na gestão do trabalho na área de saúde, estes processos seletivos tendem a agregar a instituição, profissionais com dificuldades de adaptação às rotinas laborativas, produtividade aquém do desejado e elevados índices de doenças profissionais que comprometem a qualidade da atenção.

A diversidade de vínculos trabalhistas atualmente encontradas no Instituto Nacional de Câncer resulta do modelo de incorporação de pessoal no serviço público brasileiro na década de 90, em um contexto político-econômico onde as despesas públicas sofriam um forte controle e o aparato do Estado estava em desestruturação (Nogueira, 2006).

Esta pesquisa teve como objetivo analisar o processo seletivo dos trabalhadores que ingressaram no INCA nos últimos 5 anos e seu impacto na atividade destes trabalhadores.

Tendo como base teórica a discussão do modelo burocrático da administração pública e o modelo de competências como uma referência para a construção dos perfis profissionais, optou-se por um estudo de caso exploratório que envolveu gestores de enfermagem do INCA e de um Hospital privado de referência na área oncológica.

Os resultados apontam a relevância dos aspectos comportamentais nos processos seletivos em geral como uma forma de melhorar a qualidade da assistência e a adaptação dos servidores às suas funções e para a necessidade de se buscar alternativas legais e metodológicas para viabilizar um processo seletivo adequado às necessidades dos serviços.

O atual desafio da profissão farmacêutica na atenção primária de saúde no Brasil

Marselle Nobre de Carvalho

Farmacêutica/Doutoranda em Ciências Farmacêuticas. Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará/Universidade de Brasília (UnB)

Silvana Nair Leite Professora Adjunta UFSC

Resumo: Ao longo da história da saúde no Brasil, o farmacêutico teve o foco do seu trabalho deslocado da manipulação de substâncias medicinais e do cuidado individual à produção industrial de medicamentos, ao controle do abastecimento e distribuição de produtos e às análises clínicas. Desde a década de 80, o modelo de saúde tem sofrido profundas transformações visando à garantia da promoção, proteção e recuperação da saúde. Nesse contexto, além das análises clínicas, o farmacêutico começou a assumir diversas funções no sistema de saúde, entre as quais a gestão do medicamento nas

secretarias e unidades de saúde – nos três níveis de atenção – e, recentemente, o apoio às equipes da Estratégia Saúde da Família (ESF), que surgiu em função da necessidade do controle adequado do abastecimento e distribuição de medicamentos para as equipes de saúde. Atualmente o Sistema Único de Saúde (SUS) está se reorganizando em Redes de Atenção à Saúde (RAS), cujo objetivo é constituir uma rede articulada e integrada, tendo como centro de comunicação na Atenção Primária em Saúde (APS). O trabalho farmacêutico ocorrerá em dois pontos da RAS: de apoio e de atenção. No ponto de apoio, de caráter regional, o farmacêutico exercerá a gestão do medicamento – controle da aquisição, armazenamento e distribuição de medicamentos; no ponto de atenção, ele realizará atividades voltadas ao cuidado em saúde. O trabalho farmacêutico deve enfrentar pelo menos dois grandes desafios-oportunidades: a integração na equipe multiprofissional e a formação clínica. Embora haja experiências bem sucedidas, o farmacêutico, historicamente, exerce atividades de contato limitado com os outros profissionais de saúde. O novo papel do farmacêutico na APS deve estimular a reconfiguração do trabalho nos serviços de saúde, bem como uma profunda reforma na sua formação profissional.

Experiências e transformações nas relações de trabalho dos trabalhadores manuais da saúde das décadas de 40 e 50 do século XX

Muza Clara Chaves Velasques Professora - pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio(EPSJV)/ Fiocruz.

Resumo: Esta comunicação pretende abordar algumas reflexões sobre as transformações na

relações de trabalho e a construção de um "novo tipo" de trabalhador técnico, atuante nos processos de fabricação de medicamentos e vacinas elaborados pela saúde/ciência no Brasil. Neste sentido, voltamos para o estudo dos trabalhadores de laboratório do Instituto Oswaldo Cruz (atual Fundação Oswaldo Cruz, localizada no bairro de Manguinhos na cidade do Rio de Janeiro) nas décadas de 1940 e 1950, entendendo que nesse momento observamos a vitória de uma nova organização do trabalho que institui um novo tipo de saber e cultura dos trabalhadores. As antigas relações que produziram um saber e um cotidiano de trabalho onde o "técnico de laboratório" mantinha sua tradicional características de um "faz tudo" dentro de uma realidade local, familiar e "natural", são paulatinamente substituídas por uma lógica cada vez mais próxima ao modelo taylorista, advindo das novas perspectivas da saúde e ciência no âmbito das relações de trabalho/capital internacional.

Com a chegada da Fundação Rockefeller no IOC podemos observar, por exemplo, uma maior velocidade nas transformações dos processos de trabalho (na produção direta de medicamentos e no campo da gestão dos trabalhadores subalternos do Instituto) destacadamente no que diz respeito a uma nova disciplina e hierarquização no trabalho, a introdução de processos formativos até então inexistentes, a criação e regulação das profissões no IOC e as mudanças que afetaram diretamente as experiências de vida dos trabalhadores manuais, inclusive, na ruptura da relação direta que existia entre o morar e o trabalhar no Instituto.

Regulamentação e Aspectos Organizacionais do Trabalho dos Administrativos no Sistema Único de Saúde (SUS)

Valéria cristina Gomes de Castro Tecnologista em saúde pública- docente/pesquisadora. Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – FIOCRUZ.

Resumo: Este trabalho discute alguns resultados de duas pesquisas desenvolvidas na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio-EPSJV / FIOCRUZ. A primeira, concluída em 2010, objetivou compreender as principais características e especificidades do processo de trabalho da gestão no nível local, delimitando a inserção desses profissionais nos processos decisórios e organizativos da instituição. A segunda, concluída em 2013, consistiu em parte de um estudo multidisciplinar sobre o "Processo de Qualificação de Trabalhadores Técnicos em Saúde: a conformação de grupos profissionais de nível fundamental e médio" do Observatório de Técnicos em Saúde da EPSJV, e discutiu as especificidades da regulamentação profissional e a história dos trabalhadores administrativos que atuam na gestão do SUS.

Analisaremos aqui algumas questões advindas desses estudos, com foco nos trabalhadores administrativos com cargos de ensino médio que atuam na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS), e as atribuições inerentes a esta atividade. Enfocaremos a regulamentação profissional; as atividades realizadas; a organização da prática profissional; os instrumentos de trabalho e a historicidade dessa ocupação profissional no Brasil. Esses trabalhadores realizam atividades estratégicas na organização do sistema de saúde, atuando em diferentes setores, como almoxarifado;

gestão de pessoas; gestão financeira; administrativa, de informação e registro, entre outros. Apresentam como vínculos de trabalho a ocupação em cargos de ensino médio, de modo geral, sem exigências específicas dessa formação para ingresso no serviço público, além da escolaridade e conhecimentos de recursos de informática. Em seu processo de trabalho desenvolvem atividades variadas, partindo, muitas vezes, do conhecimento tácito, que vai além do trabalho prescrito na formalidade do cargo. Lidam com informações estratégicas para o sistema de saúde, embora com pouca visibilidade em relação às políticas de formação profissional. Desta forma, esperamos contribuir para discussão em relação a estes trabalhadores na saúde pública e as necessidades de formação profissional nessa área.

- Educação, formação e cidadania na saúde

Conceções de sexualidade em jovens que residiram em Lares de Infância e Juventude

Ana Rita Freitas Fernandes Psicóloga. Universidade Católica Portuguesa – Faculdade de Filosofia.

Júlio Miguel Peixoto Gomes Mestrando em Ensino de Biologia e Geologia no 3º Ciclo do Ensino Básico e Ensino Secundário. Universidade do Minho - Instituto de Educação

Judite Zamith-Cruz Professora Auxiliar da Universidade do Minho - Instituto de Educação.

Zélia Caçador Anastácio Professora Auxiliar da Universidade do Minho - Instituto de Educação.

Resumo: A presente investigação qualitativa teve a intenção de produzir um saber crítico e relativo a jovens adultos em contexto institucional, percebendo os conceitos associados aos afetos e sexualidades, explorando-se as potencialidades de análise de texto, dado que se entende também por sexualidade uma fonte de bem-estar físico, emocional e relacional. A sexualidade envolve toda a personalidade na *realidade* representada na linguagem com valores, sentimentos, crenças, desejos e expectativas.

A questão central do trabalho empírico presume o alcance dum melhor modo de interagir, por parte de educadores e técnicos em instituições. Assim, percebendo melhor as concepções dos jovens e compreendendo melhor os fenómenos associados à temática sócioafetiva, pretendemos ainda criar estruturas que promovam competências pessoais e sociais nestes jovens, prevenindo problemáticas no âmbito da saúde mental, promovendo assim igualdade e autonomia pessoal. Tivemos também como propósito conhecer melhor o impacto dos riscos de vida e nos domínios afetivo-sexuais de jovens de hoje, em Braga: viveram em instituições, com outras condições problemáticas associadas: orfandade, pai desconhecido, discórdia conjugal grave, família numerosa, situação socioeconómica frágil, escassa educação dos pais, problema psiquiátrico da mãe, conduta criminal do pai.

Inseriu-se o estudo piloto numa abordagem por entrevista semiestruturada realizado com cinco jovens adultos com idades compreendidas entre os 18 e os 24 anos, solteiros, sem filhos, dois dos quais antigos residentes em dois Lares de Infância e Juventude (LIJs), em Braga, com permanência (prolongada) que excedeu os quatro anos.

Pretende-se desta forma dar continuidade a propostas de prevenção de práticas de vida pósinstitucionais insatisfatórias, a atender a

recursos pessoais de Antigos Alunos e de membros de instituição inspiradores e formadores ativos.

A Educação Permanente como estratégia política para construção de Contra-Hegemonia

Catharina Leite Matos Soares Cirurgiã – Dentista Sanitarista. Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia – ISC/UFBA.

Isabela Cardoso de Matos Pinto Professora Adjunta do Instituto de Saúde Coletiva da Universidade Federal da Bahia.

Resumo: O sistema Único de Saúde-SUS Brasileiro foi criado em 1990 a partir da publicação de suas leis orgânicas, 8080/90 e 8142/90. Traz um conjunto de princípios e diretrizes e o compromisso com o ordenamento da formação dos recursos humanos que conformam o conjunto de trabalhadores desse sistema. Ainda que tenham existido experiências de formação desses trabalhadores antes desse período, a partir do SUS maiores estímulo fora dado à formação dos trabalhadores de saúde que resultaram em experiências bem sucedidas na área de saúde. Esses processos formativos, em geral, tinham como elemento doutrinário a educação continuada em saúde, que autores apontam como pontos negativos `essa concepção a retirada do educando, profissional de saúde, do seu ambiente de trabalho para o processo formativo, fragmentando teoria e prática e afastando-o da reflexão acerca do processo de trabalho. Ao voltar ao ambiente de trabalho o mesmo promove poucas mudanças no ambiente de trabalho (Ribeiro e Mota, 1996). A educação permanente surge então como

alternativa a essa perspectiva tradicionalmente praticada na formação dos profissionais de saúde nos serviços de saúde até então. A EPS toma como elemento de reflexão o próprio processo de trabalho, e nesse caso, teria a capacidade de promover mudanças na prática cotidiana dos serviços. Entretanto, há dúvidas acerca do potencial da EPS nesse processo de transformação , já que por se tratar de uma política pública, encontra limites estruturais tais como: modelo de gestão, estrutura da sociedade, legislação, tipo de Estado, entre outros elementos. A partir do referencial de Antônio Gramsci, especialmente a categoria hegemonia, propõe-se nesse trabalho uma discussão da EPS como política de saúde e sua possibilidade de construir processos contra hegemônicos. Trata-se, portanto de uma reflexão teórica que pode favorecer ao levantamento de um conjunto de hipótese para virem a servir de pressupostos para análise de processos educativos, pela EPS nos serviços de saúde.

PET SAÚDE: contribuições para a práxis de profissionais da rede de atenção primária a saúde

Fernanda Jorge Guimarães Professora do Núcleo de Enfermagem. Centro Acadêmico de Vitória - Universidade Federal de Pernambuco.

Jaqueline Galdino Albuquerque Professora do Núcleo de Enfermagem. Centro Acadêmico de Vitória - Universidade Federal de Pernambuco.

Élcio Ricardo de Melo Farias Psicólogo. Residente do Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização à Saúde. Centro

Acadêmico de Vitória - Universidade Federal de Pernambuco.

Amanda Maria Tavares dos Santos

Maria Estela Pedroso de Barros

Resumo: O Programa de Educação pelo Trabalho (PET/Saúde) articulado ao Programa Nacional de Reorientação da Formação Profissional em Saúde (PRÓ-Saúde) possui como premissa o desenvolvimento de grupos de aprendizagem tutorial no âmbito da atenção primária à saúde, possibilitando a construção de programas de formação e aperfeiçoamento profissional, sendo, portanto, um instrumento para qualificação em serviço. Descrever as contribuições do PET -Saúde para a práxis dos profissionais de saúde da atenção primária. Trata-se de um relato de experiência construído a partir da perspectiva de profissionais de saúde vinculados ao Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF), Unidade de Saúde da Família (USF) e ao Programa de Residência Multiprofissional de Interiorização à Saúde. O grupo trabalha na perspectiva da educação libertadora com base nos princípios de Paulo Freire. O PET Saúde desenvolve ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas para a prevenção ao abuso do álcool e outras drogas em escolas e unidades básicas de saúde. A aproximação com o ensino da Graduação tem exigido dos profissionais que atuam no PET o aperfeiçoamento teórico-prático para que as atividades desenvolvidas no serviço de saúde e nas escolas reflitam a realidade da comunidade e resultem em profissionais críticos e militantes pelos problemas sociais. As práticas realizadas no referido projeto estão vinculadas às diretrizes propostas pelo Ministério da Saúde no Brasil para o

trabalho na Atenção Primária. Dentre elas destacam-se a interdisciplinaridade, a educação permanente em saúde e a educação popular que são imprescindíveis para a garantia da integralidade da atenção tanto quanto aproximam o eixo ensino-serviço-comunidade. A experiência adquirida no PET Saúde tem possibilitado a troca de saberes que se complementam e constroem uma formação reflexiva sobre as estratégias utilizadas para as ações no território voltadas a prevenção do abuso de álcool e outras drogas.

Qualificação de profissionais do SUS: a experiência de construção de Planos Operativos na formação em gestão de farmacêuticos

Joslene Barreto Farmacêutica. UFBA/ Faculdade de Farmácia- Universidade Federal da Bahia.

Maria do Carmo Lessa Guimarães Professora Associada II da Faculdade de Farmácia da UFBA.

Resumo: O artigo discute uma proposta de construção, numa perspectiva pedagógica, de um produto final de cursos de especialização de profissionais farmacêuticos inseridos no SUS. Trata-se de um modelo metodológico para elaboração de um Plano Operativo (PO) para a gestão da assistência farmacêutica com base nos pressupostos do Planejamento Estratégico Situacional (PES) de Carlos Matus, a partir de um percurso pedagógico de orientação construtivista que privilegia o aprender fazendo. Parte do pressuposto de que o objetivo de qualquer ação para desenvolvimento gerencial dos trabalhadores de saúde refere-se ao aproveitamento do conhecimento acumulado e do desenvolvimento da

capacidade de atuar de forma integrada e estratégica propondo modificações no âmbito dos serviços, a partir da construção de compromissos coletivos e parcerias que favoreçam a melhoria da assistência integral à saúde da população. Neste sentido, a construção do PO, durante o processo da capacitação, busca estimular os alunos, através de uma tecnologia de gestão, a conhecerem suas respectivas realidades locais, a partir de diferentes "olhares", reconhecendo os outros atores, identificando de forma ampla os diversos problemas e propondo intervenções viáveis para o enfrentamento destes. Esta proposta de construção do PO, como trabalho final de conclusão de curso (TCC) já foi aplicado em cursos de especialização da Assistência Farmacêutica, na modalidade presencial para 30 profissionais farmacêuticos do Estado da Bahia e em 5 turmas na modalidade a distância para 2.000 profissionais farmacêuticos em todo território brasileiro. Estas experiências têm possibilitado concluir, ainda que de forma preliminar, a partir de depoimentos espontâneos de alunos, tutores e egressos destes cursos, que o modelo metodológico proposto possibilita o exercício de uma reflexão mais ampla sobre a realidade em que atuam, identificando os fatores condicionantes e determinantes dos problemas e favorecendo a construção de competências e habilidade gerenciais e estratégicas para intervenção na realidade dos serviços de saúde.

Gestão em Saúde e Qualificação Profissional: análise do Programa de Capacitação Gerencial para Equipes Gestoras do SUS - Pernambuco / Nordeste

Katia Rejane de Medeiros Assistente Social, Doutora em Saúde Pública, Analista de Gestão em Saúde do CPqAM/Fiocruz.

Domício Aurélio de Sá Veterinário, Mestre em Saúde Pública, Pesquisador do CPqAM/Fiocruz.

Resumo: As organizações de saúde são instituições complexas e, por tal razão, exigem da sua gestão múltiplas competências. Por operarem em contextos de incerteza, os gestores dessas unidades ou sistemas precisam de habilidade para captação de recursos, negociação de conflitos de interesse, além da demonstração de criatividade diante da escassez dos meios necessários para que os resultados dos serviços ofertados por essas organizações sejam bem avaliados pela sociedade. Nesse ambiente gestores que apresentem qualificação para o desempenho das suas atividades passam a ter *status* frente aqueles que não a possuem, e, nessa condição, podem gozar de mais condições de responderem as demandas do cotidiano de suas unidades. No Brasil, o Ministério da Saúde através da Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (SGTES) tem se esforçado na qualificação da gestão do setor saúde mediante parcerias com instituições de pesquisa e ensino. Nesse estudo caracterizado como descritivo, faz-se uma análise de uma dessas iniciativas de parcerias, o Programa de Capacitação Gerencial para Equipes Gestoras do SUS - Pernambuco / Nordeste que, no período de 2008 a 2012, desenvolveu um conjunto de ações de qualificação na região nordeste do Brasil. Mediante pesquisa documental, descreve-se o perfil desses gestores qualificados nas distintas modalidades de cursos ofertadas: Atualizações, Especializações e Mestrado Profissional. Os

resultados evidenciaram que os alunos gestores eram predominantemente, vinculados a municípios do estado pernambucano, do sexo feminino (80%) e faixa etária de 30 a 39 anos (25%). Os municípios da região metropolitana do Recife participaram com o maior número de gestores qualificados e a taxa de evasão foi menor nos cursos de atualização. Concluiu-se que, os esforços para qualificar gestores da saúde são fundamentais no desenvolvimento e qualidade dos serviços. As instituições parceiras necessitam desenvolver metodologias de ensino mobilizadoras além de esforços de interiorização dos processos formativos.

O Sujeito Técnico de Enfermagem – 'To be or not to be?'

Mônica Wermelinger Pesquisadora. Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca/FIOCRUZ

Maria Helena Machado Pesquisadora titular da ENSP/FIOCRUZ, coordenadora do NERHUS/ENSP/FIOCRUZ

Resumo: Este estudo trata de investigação relacionada às expectativas e aos dilemas de alunos do curso técnico de enfermagem nas modalidades integrada e subsequente, de duas escolas da Fundação de Apoio à Escola Técnica do Estado do Rio de Janeiro. A análise promove um mergulho na visão do aluno sobre seu dia-a-dia na

formação, seus primeiros contatos com o campo profissional e o estágio. São estabelecidas as relações entre as informações recolhidas no trabalho de campo ao contexto histórico, econômico, social e pedagógico-prático que incidem sobre e, ao mesmo tempo, conformam a formação profissional na saúde. Os resultados sugerem que o curso técnico de nível médio em saúde, na modalidade subsequente, vem sendo procurado, majoritariamente, por indivíduos que buscam (re)inserção no mercado de trabalho, enquanto que, na modalidade integrada, a meta da maioria é prosseguir os estudos em nível superior. Conclui-se que, por mais que a escola busque oferecer elementos teóricos e conceituais sobre a atividade profissional, o cotidiano pouco amistoso e acolhedor dos hospitais e ambulatórios, onde acontecem os estágios, acaba produzindo efeitos negativos quanto às expectativas de futuro profissional, gerando frustração das expectativas iniciais dos alunos quanto ao curso e quanto à atividade profissional.

Outro aspecto de relevância para entender esse processo refere-se à identidade profissional do técnico em enfermagem. O estudo em questão aponta baixa adesão à essa identidade, seja aquela forjada nos bancos escolares, seja a construída no cotidiano do ambiente de trabalho. Em ambos os casos, os aspectos que embasam positivamente o trabalho da enfermagem apresentam-se frágeis frente à realidade encontrada nas instituições de saúde, devido a aspectos negativos como falta de infra-estrutura, desunião da equipe, desrespeito com os profissionais, que fazem os alunos pesquisados se mostrarem desesperançados com o futuro quando em contato com a realidade do serviço, por ocasião dos estágios curriculares.

Formação em Medicina de Família e Comunidade: a contribuição de um programa de residência em área estratégica do SUS-BA

Naiara Silva Aragão Farias Cirurgiã-Dentista. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Márcio Lemos Fonoaudiólogo; Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Miriam Pinillos Marambaia Médica. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Rosângela da Luz Matos Psicóloga. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Hania Bidu Médica. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Resumo: O presente relato apresenta experiência da Secretária de Saúde do Estado da Bahia, através da Escola Estadual de Saúde Pública (EESP) frente à necessidade de consolidação da especialidade Medicina de Família e Comunidade e fortalecimento das diretrizes da Atenção Básica e Saúde da Família no Brasil.

No ano de 2009 o Programa de Residência em Medicina de Família e Comunidade (PRMFC) da EESP foi criado e realizou sua primeira seleção. No ano seguinte, obteve credenciamento provisório de dois anos do Ministério da Educação para ofertar 14 vagas. Em 2012, formou o primeiro médico e teve credenciamento autorizado por mais cinco anos. Atualmente conta com onze médicos residentes,

nove cursando o primeiro ano e dois o segundo ano.

O PRMFC tem se constituído como importante estratégia de formação teórico-prática do profissional médico para atuação na Atenção Primária à Saúde, desenvolvendo competências clínicas e não-clínicas em equipe multidisciplinar, a partir de uma abordagem ampliada do processo saúde-adoecimento, integrando ações de promoção, proteção, tratamento, recuperação e educação em saúde no nível individual e coletivo, através de processo educativo que considera o processo de trabalho em saúde como princípio educativo.

Propicia a produção do conhecimento no cotidiano dos serviços, a partir da realidade e experiências dos atores envolvidos. Utiliza a problemática diária como base para questionamentos e mudanças, articula teoria e prática como unidade dialética no processo pedagógico, trabalhando as contradições entre o pensar e o fazer face questões do trabalho. No contexto atual a EESP assume papel importante na formulação e implementação de políticas de gestão da educação na saúde visando ampliar e qualificar estratégias político-pedagógicas na formação de profissionais de acordo com as necessidades do SUS-BA. Destaca-se assim seu perfil de ensino e investigação, mas também de estrutura capaz de sustentar o projeto político-cultural do sistema único de saúde e reforma sanitária.

Uma Cartografia da Residência Multiprofissional em Saúde no Brasil: caminhos para a formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde

Odete Messa Torres Docente. Universidade Federal do Pampa.

Lígia de Oliveira Viana Docente. Universidade Federal do Pampa.

Marlene Gomes Terra Docente. Universidade Federal do Pampa.

Resumo: Estudo de abordagem qualitativa, exploratória e descritiva que tem como objetivo geral: *cartografar* a constituição das Residências Multiprofissionais em Saúde no Brasil. Propõe resgatar as vozes dos atores sociais envolvidos com as residências através do relato de suas experiências no âmbito das Residências Multiprofissionais em Saúde no Brasil. Para tanto, será realizada a coleta de dados por meio de pesquisa documental retrospectiva e entrevistas. Busca analisar as mensagens e documentos do grupo de discussão sobre Residência Integrada em Saúde no Brasil criada em 2005 na web, no Diretório do Yahoo Grupos, o grupo RISBRASIL. Este grupo discute a formação profissional em saúde, mais especificamente a pós-graduação modalidades residência e aperfeiçoamento especializado. Foi criado em 29 de janeiro de 2005 e possui 254 participantes. Esta etapa possibilitará a construção de um mapa da organização da formação multiprofissional em saúde no país, dos residentes e demais atores sociais componentes do Grupo, limitando-se a coleta ao período de 2005 à 2011, com um total máximo de inclusão de 1.644 mensagens relativas ao período em análise. Ainda, esta etapa contribuirá com a identificação de informantes estratégicos para participação em entrevistas. A realização das entrevistas acontecerá a partir de um roteiro semi-estruturado. Serão entrevistados o mínimo de 10 sujeitos, sendo que o total de entrevistas será definido com a saturação das informações coletadas. A análise de dados será

realizada por meio da análise de conteúdo cotejada com o referencial da cartografia. Serão respeitadas as questões éticas, com uso de Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e aprovação no CEP da UNIFESP. Como produto desta pesquisa será possível a realização de uma cartografia que apresente um mapa de constituição da Política Nacional de Residências Multiprofissionais em Saúde no Brasil, como estratégia de formação para o Sistema Único de Saúde (SUS).

Autonomia na formação em saúde: do estatuto do objeto ao estatuto de sujeito diante do Paradigma Biomédico

Roberto Borges Filho Docente Adjunto da Universidade Federal de Goiás Brasil.

Resumo: A formação em saúde ampara-se no modelo biomédico cartesiano onde as relações são baseadas no sujeito-objeto desde as abordagens do estudante com o cadáver, passando da relação educador sujeito com educando objeto e, posteriormente há um fortalecimento nas atividades profissionais em uma relação sujeito-paciente. Baseado na pedagogia da autonomia faz-se necessário uma participação mais ativa do aprendiz para que possa ser agente de seu próprio conhecimento para que possa posteriormente fortalecer a autonomia nas suas diretrizes terapêuticas.

Acreditação Pedagógica e a Qualidade da Formação na área da Saúde Pública no Brasil

Rosa Maria Pinheiro Souza Analista de Gestão em Saúde - Coordenadora do Grupo de Trabalho sobre Acreditação Pedagógica dos Cursos Lato Sensu em Saúde Pública.

José Inácio Jardim Motta Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Tânia Nunes Pesquisadora da ENSP/Fiocruz.

Domício Sá Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Murilo Wanzeler Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Nelson Barbosa Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Ondina Canuto Pesquisadora da ENSP/Fiocruz.

Haroldo Pontes Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Roseana Meira Pesquisadora da ENSP/Fiocruz.

Christian Chauvigné Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Arnold Magdelaine Pesquisador da ENSP/Fiocruz.

Resumo: A Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca - ENSP/Fiocruz, retomou no final de 2011, um conjunto de iniciativas referentes a acreditação pedagógica dos cursos lato sensu na área de saúde pública, deflagrado no final dos anos 90, com o apoio da École des Hautes Études en Santé Publique - Rennes/França e da ABRASCO. Trata-se de uma iniciativa relacionada à política de formação dos trabalhadores da saúde pública coordenada pelo Ministério da Saúde e mediada pela Rede de Escolas e Centros Formadores em Saúde Pública que estimula a formação para o Sistema de Saúde com qualidade.

A Acreditação Pedagógica de Cursos em Saúde Pública é um procedimento de verificação externa e uma forma pactuada de gerenciamento coletivo da qualidade. Envolve aspectos relacionados a atribuições legais, projeto pedagógico, pertinência do curso, capacidade de articulação acadêmico-pedagógica, recursos humanos, infraestrutura e resultados.

Esse processo requer um conjunto de dispositivos como: manual de acreditação, composto por 03 dimensões: gerencial, pedagógica e infraestrutura, caderno de responsabilidades que significa uma síntese das condições necessárias ao engajamento da escola no processo de acreditação e o referencial da qualidade, que define as expectativas de excelência e estimula o engajamento da instituição na busca permanente da qualidade, além da formação dos acreditadores.

O referencial da qualidade se respalda nos princípios da educação e da formação em saúde pública no Brasil apoiando todo o processo acreditador que se inicia, efetivamente, com a autoavaliação.

Articulações foram desenvolvidas com o Ministério da Saúde, Conselhos de Secretários Estaduais e Municipais de Saúde e ABRASCO, esta última na qualidade de Agência Acreditadora.

A implantação do processo está ocorrendo de forma participativa e compartilhada em todos os estados brasileiros e tem merecido um reconhecimento importante no seio das 45 instituições vinculadas a Rede de Escolas e nas instituições parceiras.

A Formação Médica integrada a Atenção Primária à Saúde em Salvador e cidades da região metropolitana

Rosângela da Luz Matos Psicóloga. Escola Estadual de Saúde Pública - EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Naiara Silva Aragão Farias Odontóloga. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Miriam Pinillos Marambaia Médica. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Márcio Lemos Fonoaudiólogo; Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Hania Bidu Médica. Escola Estadual de Saúde Pública – EESP/ Secretaria de Saúde do Estado da Bahia- SESAB/ Brasil.

Resumo: Este relato quer apresentar e discutir o projeto político pedagógico (PPP) do curso de especialização em medicina de família e comunidade, desenvolvido na forma de residência médica pela escola de saúde pública da Secretária de Saúde do Estado da Bahia, desde o ano de 2009, e com a certificação concedida pela Comissão Nacional de Residências Médicas do Ministério da Educação, Brasil (CNRM/MEC). O objetivo do programa é formar médicos para atuar na atenção primária à saúde ou como se convencionou denominar no Brasil, atenção básica em saúde: primeiro nível das ações em saúde, individuais e coletivas, voltadas para a promoção da saúde, prevenção de agravos, tratamento e reabilitação.

O PPP está estruturado em níveis e eixos. Os níveis correspondem a determinações institucionais do órgão regulador. Os eixos atendem ao propósito político institucional do sistema único de saúde. Em conformidade com as determinações CNRM, o projeto foi estruturado em dois níveis distintos, a formação teórica e a prática. A primeira pode ter entre 15% e 20% do total de horas aula ano previstas. A segunda deve ter obrigatoriamente

80% do total de horas aula ano indicadas no projeto pedagógico. Deve-se considerar, ainda, que a carga horária semanal obrigatória para o médico residente é de 60 horas aula, o que perfaz um total de 2.880 horas aula ano a serem cumpridas pelo residente.

A organização da oferta pedagógica segue três eixos: o teórico-conceitual, as abordagens pedagógicas e os cenários de práticas. O primeiro tem por referência as determinantes sociais de saúde, o segundo orienta-se em metodologias ativas para produção de conhecimento, avaliação da aprendizagem e de gestão do projeto pedagógico e o terceiro tem nas unidades de saúde da família seu ponto de referência, complementado por práticas específicas em ambulatórios e hospitais da rede SUS Bahia.

Correlações entre educação e trabalho em saúde para formação profissional de nível médio em enfermagem no Brasil

Silvana Lima Vieira Professora Universitária. Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

Gilberto Tadeu Reis da Silva Professor Universitário – Universidade Federal da Bahia – UFBA.

Resumo: No Brasil, a formação em Enfermagem é dividida em duas categorias: Enfermeiros (nível superior) e Técnicos em Enfermagem (nível médio). O nível médio constitui uma modalidade de ensino orientada para a integração ao [mercado de trabalho](#). Segundo o Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), cerca de 80% da força de trabalho em enfermagem no Brasil é composta por

profissionais de nível médio. No Estado da Bahia, constituem 80,07% acompanhando panorama Brasileiro. Objetivos: apresentar os principais atos legais regulamentadores da profissão e discutir a formação técnica de nível médio em enfermagem na Bahia. Pesquisa descritiva, documental, a partir da análise de resoluções do Ministério da Educação, Conselho Nacional e Estadual de Educação e COFEN. Parte do referencial teórico-exploratório da tese de doutoramento em Enfermagem. Resultados e Discussão: Atualmente há proliferação desordenada de cursos no Brasil, acompanhado de inexistência de avaliação da qualidade dos egressos e dos centros formadores. A formação técnica em enfermagem é respaldada pela Lei nº 7.498/[1986](#). Esse profissional integra a equipe em enfermagem, exercendo função sob supervisão direta e indireta do enfermeiro. Pela reestruturação na esfera produtiva, seu trabalho vem ocupando importante lugar no serviço de saúde, acompanhado da necessidade de adequação à formação, inclusive com especializações. Ressalta-se a Lei nº 2.208/97 que no âmbito deste nível salienta as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio em Enfermagem, organizando-o por áreas, cargas horárias e conteúdos mínimos. A legislação indica avanços na formação sem estabelecer interfaces com a política de saúde do Brasil. Há necessidade de elaboração de critérios de avaliação institucional para formação técnica e na Bahia, o mapeamento dos centros de formação, considerando competências necessárias aos egressos e Sistema Único de Saúde. Este estudo possibilita a compreensão da nova realidade na área da Saúde e repensar relações de trabalho no campo da enfermagem e no contexto multidisciplinar.

A Necessidade de Informação sobre as Despesas com pessoal da saúde dos municípios brasileiros e o Uso de Novas Tecnologias: Uma Exploração aos Sistemas Finanças do Brasil (FINBRA) e Sistema de

Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS)

Katia Rejane de Medeiros Assistente Social, Doutora em Saúde Pública, Analista de Gestão em Saúde do CPqAM/Fiocruz.

Paulette Cavalcanti de Albuquerque Médica, Doutora em Saúde Pública, Pesquisadora do CPqAM/Fiocruz.

Resumo: O setor saúde caracteriza-se pelo uso intensivo de mão-de-obra. Em contextos de escassez de recursos financeiros e limites de gastos, seus gestores têm maior dificuldade de organizar a oferta de serviços a população. No Brasil, a criação da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) em 2000, que estabelece regras de gastos e sanções nas despesas excessivas com pessoal no setor público, tem sido apontada como obstáculo para evolução dos sistemas públicos de saúde. Com o objetivo de analisar os impactos da LRF nas despesas com pessoal da saúde dos municípios brasileiros no período de 2004 a 2009, neste estudo explicativo com abordagem quantitativa, foi desenvolvida uma tecnologia de exploração a duas bases de dados nacionais de domínio público: os sistemas Finanças do Brasil (FINBRA) e Sistema de Informações sobre Orçamentos Públicos em Saúde (SIOPS) de onde se investigou os 4356 municípios, classificados segundo porte populacional e regiões brasileiras. Selecionaram-se como indicadores: Despesa Total com Pessoal; Capacidade de Arrecadação do município; Proporção de Transferências intergovernamentais e Despesas com Pessoal da Saúde. As tecnologias de exploração as bases de dados revelaram que: há um conjunto expressivo de municípios que gozam de margem para contratação de pessoal, apesar de observar-se que houve uma tendência de crescimento de 1,3% nas médias anuais nessas despesas. A capacidade de arrecadação e a proporção de recurso de transferência dos

municípios reforçam a baixa autonomia da maioria deles, e, nas despesas com pessoal da saúde mais de 50% dos recursos do setor são comprometidos nesse tipo de despesa. Concluiu-se que, o contexto de baixa autonomia dos municípios influencia na oferta de serviços e contratação de pessoal. Pelas demandas de conhecimento sobre o assunto e os dados disponíveis nessas bases novos estudos são viáveis utilizando-se diferentes tecnologias de exploração aos sistemas.

- Reestruturação do sistema de protecção social

Crise e o Financiamento do Sistema Único de Saúde Brasileiro

Rafael da Silva Barbosa Pesquisador Colaborador do Centro Paulista de Economia da Saúde da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e Doutorando do Programa de Pós Graduação em Desenvolvimento Econômico da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

Resumo: A condição de país periférico e marcado por um alto grau de heterogeneidade expõe o nível de especificidades ao longo do território nacional. Este traço casado com um perfil epidemiológico caracterizado por uma tripla carga de doença que envolve a persistência de doenças parasitárias, infecciosa e desnutrição, resulta num esforço de pesquisa que considere veemente as particularidades da nação, necessitando averiguar em que medida é possível adaptar em países periféricos um padrão internacional de reforma originário de países centrais. Ademais, dado a dimensão territorial e administrativa do país, a política nacional de saúde deve ser contextualizada numa pactuação política entre os três entes federados para garantir investimentos e recursos necessários à mudança, num quadro onde grande parte daqueles

isoladamente não apresentam condições de assumir determinadas responsabilidades. Nesse sentido o SUS é exemplar na formulação e implantação de pactos entre esferas de governo, entretanto, o nó da questão é que esses pactos de gestão não foram acompanhados pelas orientações da política econômica que na verdade, caminhou no sentido contrário, inviabilizando a ratificação do processo. Diante disto, embora tenha-se avançado institucionalmente desde a sua criação em 1988, sofreu fortes restrições financeiras, fruto da política liberal e ortodoxa praticada nos anos entre 1989 a 2006. A consequência é que apesar de ser um sistema público, a oferta de serviços ainda é predominantemente privada e a situação é mais grave nas regiões menos desenvolvidas do país que sequer contavam, no final dos anos de 1980, com oferta de serviços privados. Por isto, o artigo busca problematizar e analisar face ao atual cenário de crise o modelo de financiamento do sistema para sua consolidação em termos constitucionais da Carta Magna da República Federativa do Brasil de 1988.

Estrutura e ações da área de Recursos Humanos das Secretarias estaduais de saúde do Brasil

Neuza Maria Nogueira Moysés Socióloga - Pesquisadora em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Gilson Cantarino O'Dwyer Médico - Assessor Técnico do Conselho Nacional de Secretários de Saúde na área de Gestão do Trabalho em Saúde. Conselho Nacional de Secretários de Saúde - CONASS.

Márcia Teixeira Socióloga - Pesquisadora em Saúde Pública, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Rosa Maria Pinheiro Souza Analista de Gestão em Saúde, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca da Fundação Oswaldo Cruz.

Resumo: Objetivo da pesquisa: elaborar diagnóstico do funcionamento, subordinação e estrutura das áreas de Recursos Humanos das Secretarias de Saúde dos Estados e do Distrito Federal, assim como traçar o perfil dos gestores de recursos humanos das respectivas secretarias, quanto a sua formação profissional, qualificação e experiência, objetivando comparar a situação encontrada em pesquisa realizada em 2003 e a situação atual.

Metodologia: Estudo no campo da Sociologia das Organizações enfocando a área de gestão de Recursos Humanos em dois diferentes momentos do processo de Reforma Sanitária Brasileira. Foi realizado amplo levantamento junto a todas as 27 Secretarias de Estado de Saúde do país em dois momentos distintos em 2003 e 2012, considerando o contexto existente nos dois períodos dentro do processo nacional de reforma da saúde e o papel atribuído aos recursos humanos e à instância estadual no sistema nacional de saúde.

O estudo se dá por uma parceria instituição acadêmica, Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca-Fiocruz e entidade nacional de representação do conjunto de Secretários Estaduais de Saúde, o CONASS. Nos dois momentos 2003 e o atual buscou diagnosticar e identificar o comportamento da área para fazer frente à política nacional de saúde no que respeita à gestão do trabalho e dos trabalhadores estaduais da saúde. Buscou também, analisar e retratar a forma como os gestores estaduais de recursos humanos se relacionaram com o processo de formulação de políticas para a área no âmbito nacional.

Resultados:

Algumas inovações se apresentaram no período em estudo que impactaram na organização e no perfil dos gestores da área. Como no estudo anterior o de 2012, passa a compor a pauta de discussão da entidade e se constitui em ferramenta para dar visibilidade aos diferentes processos encontrados e referência de pesquisa que subsidia a gestão pública nos processos de tomada de decisão.

5 de Dezembro

16:15 – 16:45 | Sessão de Posters

Átlio Poente Sul – IE

- Envelhecimento e desafios de protecção dos sistemas públicos

Integração da rede de saúde com a ação social e a contribuição para os participantes de um centro comunitário de idosos em coari – Amazonas Brasil

Janayla Bruna Almeida de Oliveira Responsável Técnica do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional / DSEI Alto Rio Solimões- Amazonas

Cyntia Costa Guimarães Responsável Técnica da Vigilância Epidemiológica e Educação em Saúde do DSEI Alto Rio Solimões – Amazonas.

Resumo: O Brasil vivencia o processo de envelhecimento populacional à semelhança dos países desenvolvidos. Esse processo caracteriza-se por aumento proporcional de pessoas idosas em relação à população total (COSTA et al., 2000). Atualmente, cresce o interesse em identificar os fatores que levam a um envelhecimento sadio e estabelecer parcerias com as diferentes instituições produtoras de serviços para um acompanhamento efetivo e integrado. Este fato gera maior necessidade em aprofundar a compreensão sobre o papel da nutrição na promoção e manutenção da independência e autonomia dos idosos (AGOSTINI,

2000; SAMPAIO, 2004; TINÔCO et al., 2007). Uma das formas que temos para conhecer o perfil de alimentação e nutrição dos idosos é a partir de pesquisas populacionais utilizando a antropometria para diagnóstico do estado nutricional (AGOSTINI, 2000). OBJETIVO Estudo transversal, para caracterizar o estado nutricional de idosos participantes do centro comunitário 'Centro do Idoso' em Coari-AM a fim de contribuir para o direcionamento das ações desenvolvidas no centro comunitário. O estudo nutricional dos idosos foi avaliado através dos indicadores antropométricos: o Índice de Massa Corporal (IMC) obtido por meio das medidas antropométricas de peso e estatura corporal, Circunferência da Cintura, (CC), Circunferência do Braço (CB), Circunferência da panturrilha (CP), Circunferência do quadril (CQ) e Razão cintura-quadril (RCQ).

Foi verificado que de acordo com o Índice de Massa Corporal, os idosos eutróficos, correspondiam a 68,3% dos idosos em magreza severa, e 19,5 % Sobrepeso Grau I, pela Razão cintura-quadril, 41,5% dos apresentaram alto risco para desenvolvimento de doenças cardiovasculares.

Diante dos resultados apresentados, faz-se necessária a obtenção de novas informações nutricionais, a partir de levantamentos antropométricos para auxiliar o direcionamento das atividades nas redes de atenção a pessoa idosa. Em suma, a realidade brasileira requer estudos mais elaborados e análises de tendências em vista da extrema heterogeneidade socioeconômica do país.

- Saúde e trabalho no cotidiano das atividades do cuidado em saúde

Auxiliares de Geriatria: Saúde e Trabalho

Rosana Filipa Nunes Monteiro Universidade Fernando Pessoa.

Pedro Cunha Professor Associado com Agregação da Universidade Fernando Pessoa.

Resumo: A comunicação versa sobre um estudo quantitativo relativo aos Auxiliares de Geriatria, cujas funções são desempenhadas em instituições para idosos na zona norte do país.

Procurou-se explorar como este grupo socioprofissional se sente no seu trabalho e qual o impacto deste contexto no modo como a saúde é por eles percebida. Num âmbito mais específico, pretendeu-se verificar as qualidades psicométricas do instrumento construído para avaliar o bem-estar no trabalho, efetuar a caracterização da percepção de bem-estar no trabalho e de saúde, analisando ainda a relação entre ambas as componentes.

A presente investigação foi levada a cabo em duas diferentes fases, nomeadamente a fase de Estudo Piloto e a de Estudo Final. Na primeira fase foram inquiridos 25 Auxiliares de Geriatria e na segunda participaram 204. No Estudo Final foram administrados 3 instrumentos: o "Questionário de Percepção de Bem-estar no trabalho", o Questionário de Dados Sociodemográficos e Clínicos (ambos de elaboração própria) e o "Questionário de Percepção de Saúde – MOS SF36". Os resultados obtidos denotam que os Auxiliares de Geriatria da amostra fazem uma avaliação positiva do seu trabalho e das experiências neste (M=72.9) e não relatam défices ao nível da saúde, quer físicos (M=59.6), quer mentais (M=55.0), estando estas percepções condicionadas por diversos fatores, nomeadamente ambientais e pessoais. Além destes aspetos, obtiveram-se resultados que indicam que a percepção de bem-estar no trabalho parece influenciar a percepção do estado de saúde nos indivíduos da amostra selecionada.

A Visita Domiciliar do Agente Comunitário de Saúde frente ao processo de parcelarização do trabalho

Angelica Ferreira Fonseca

Professora/pesquisadora da Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio - Fiocruz

Maria Helena Magalhaes Mendonça

Pesquisadora da Escola Nacional de Saúde Pública

Resumo: A adoção do modelo de gerência de unidades públicas de saúde por organizações sociais, é mediada por um contrato de gestão com a definição de metas que tem contribuído para consolidar as práticas do campo da avaliação no cotidiano dos serviços. No presente trabalho, buscamos analisar algumas repercussões da difusão dessas práticas sobre o Trabalho de Agentes Comunitários de Saúde, particularmente no que diz respeito às ações de educação em saúde. O estudo foi realizado em um Clínica da Família, unidade de atenção primária do município Rio de Janeiro. A investigação sustenta-se nos referenciais da pesquisa etnográfica, tendo adotado a observação participante do trabalho dos ACS e supervisões, entrevistas e análise de documentos como técnicas de pesquisa.

Entre os resultados observados destacamos que o monitoramento do cumprimento de atividades e de resultados é a vertente da avaliação predominante nos serviços. A avaliação está reduzida ao monitoramento do cumprimento de metas, sobretudo aquelas informadas pelos referenciais da vigilância e da epidemiologia clínica. A educação em saúde é incorporada a partir dessa mesma lógica, e os agentes comunitários, supervisores e gestores se veem instados a reconfigurar o trabalho do ACS de modo a acentuar a parcelarização e fragmentação das atividades, para viabilizá-las segundo os termos dos contratos. As práticas de educação em saúde são orientadas a partir de uma perspectiva utilitarista, acarretando um enfraquecimento do papel de agente de mobilização do ACS, no qual ganharia centralidade a capacidade de interagir com diversos tipos de

conhecimento e as possibilidades de articulação com instituições do Estado e comunitárias.

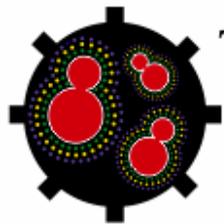
Novas configurações do trabalho em saúde, implicações no cuidado e desafios à gestão

José Roberto da Silva é Assistente Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ.

Resumo: Este estudo apresenta uma pesquisa exploratória, baseada em revisão teórica, que analisou a configuração atual do trabalho em saúde, suas implicações no cuidado em saúde e os desafios à gestão em saúde. A análise considerou que as mudanças ocorridas no mundo do trabalho redimensionam o trabalho em saúde; reconheceu a centralidade do trabalho na dinâmica social e as inflexões da sociedade contemporânea; resgatou a categoria trabalho; observou as configurações gerais do mundo do trabalho e as específicas do trabalho em saúde, assim como de sua gestão. Os resultados apontam que hoje no mundo do trabalho a mundialização do capital, com seus movimentos para manter-se como modo de produção hegemônico, impacta na nova divisão internacional do trabalho, assegura o embate capital e trabalho e faz surgir novos paradigmas na dinâmica do processo de trabalho. O mundo do trabalho ocupa um novo cenário, no qual as transformações e tendências contemporâneas, ocasionadas por mudanças no processo produtivo, dão novos contornos ao trabalho em geral e incidem diretamente no complexo e específico campo do trabalho em saúde, estabelecendo desafios ao cuidado e a gestão em saúde. Conclui-se que nos processos de trabalho em saúde, na atualidade, a capacidade de gestão vem sendo requerida como um recurso vital, assim como a proposta de educação permanente surge como uma estratégia

de relevo fundamental para abarcar as questões da educação e do trabalho na saúde. Como desafios destacam-se: a necessidade de fundamentar novas concepções e práticas de saúde, a gestão da educação e do trabalho na saúde, a articulação destes campos. Essa discussão buscou problematizar o trabalho no bojo da sociedade contemporânea e sua relevância está em fornecer instrumentos para uma reflexão ética sobre os efeitos das transformações contemporâneas no mundo do trabalho, em especial no trabalho em saúde, repercutindo no cuidado e na gestão em saúde.

∞∞∞∞∞∞∞∞∞∞



**Trabalho em Saúde,
Desigualdades e
Políticas Públicas**

**Seminário Internacional
Brasil-Portugal**

Centro de Investigação em Ciências Sociais
Universidade do Minho

Escola Nacional de Saúde Pública Sergio Arouca
Fiocruz

